



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 186^a reunião, realizada em 16 de setembro de 2020

1 Em 16 de setembro de 2020, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Germano
5 Luiz Gomes Vieira, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
6 Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
7 Abastecimento (Seapa); Bernardo Silviano Brandão Vianna, da Secretaria de
8 Estado de Cultura e Turismo (Secult); Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da
9 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Beatriz de Oliveira Góes, da Secretaria
10 de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Eva Irena Kurek, da Secretaria de
11 Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de
12 Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Mariana de Resende Franco, da Secretaria de
13 Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Juliano Alves Pinto, da Secretaria de
14 Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da
15 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da
16 Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Flávio Godinho Pereira, da Coordenadoria
17 Estadual de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes Junior, do Conselho
18 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Adenilson Brito
19 Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Andressa de Oliveira Lanchotti,
20 do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Maria Thereza Hermeto Franco, da
21 Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia
22 Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério
23 do Meio Ambiente (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de
24 Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da
25 Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Carlos Alberto
26 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
27 (Faemg); Mário Ferreira Campos Filho, da Federação das Indústrias do Estado de
28 Minas Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e
29 Pequena Empresa da Fiemg; Neide Mateus Rodrigues, da Federação dos
30 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Julio Cesar
31 Nery Ferreira, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento
32 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena
33 Siqueira, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Julio
34 Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca
35 (ProMutuca); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente
36 (Amda); Bruno Machado Kraemer, do Espeleogrupo Pains (EPA); Tobias Tiago
37 Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Carlos Wagner Gonçalves

38 Andrade Coelho, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
39 (Cefet-MG); Emmanuel Duarte Almada, da Universidade de Minas Gerais (Uemg);
40 Luís Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João
41 Augusto Hilário de Souza, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de
42 Minas Gerais (Assemg); Guilherme Lana Pimenta, da Ordem dos Advogados do
43 Brasil (OAB-MG); Celso Bandeira de Melo Ribeiro, da Associação Brasileira de
44 Recursos Hídricos (ABRHidro). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO**
45 **NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente
46 Germano Luiz Gomes Vieira declarou aberta a 186^a reunião do Plenário do
47 Conselho Estadual de Política Ambiental. “Vamos dar início à nossa reunião, e eu
48 queria dizer algumas palavras na abertura relativamente à importância de uma
49 Secretaria como a Secretaria de Meio Ambiente em qualquer pasta ambiental. Nós
50 teremos um item específico para isso, mas eu não poderia deixar de adiantar que
51 tenho um orgulho muito grande de participar hoje da estrutura administrativa da
52 SEMAD. Eu já tenho dez anos de serviço público, comecei na Controladoria, tive
53 experiências no IGAM, na FEAM, uma passagem rápida pelo IEF, na Secretaria, e
54 sempre pude verificar como o Sistema de Meio Ambiente funciona como uma
55 verdadeira engrenagem e como uma pasta como a SEMAD é importante para
56 qualquer política pública que se preze em um governo do Estado. Mas isso nem
57 sempre foi assim. A SEMAD conta com 25 anos, e muitos desafios foram
58 necessários de serem enfrentados com um protagonismo e grande dose de
59 coragem e visão, naquele tempo, há duas décadas e meia, para que pudéssemos,
60 finalmente, contar com uma estrutura que pudesse coordenar todo o Sistema
61 Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. E é por essa razão, pelo fato
62 desses 25 anos que a SEMAD completa este mês e de a nossa reunião estar sendo
63 realizada justamente no mês de aniversário desses 25 anos e pelo fato de que em
64 dez desses 25 anos nós tivemos o José Carlos Carvalho, diretor-geral, servidor
65 público estadual de carreira aposentado, secretário de Estado de Meio Ambiente e
66 Desenvolvimento Sustentável, o primeiro, ex-ministro de Meio Ambiente, que hoje,
67 cumprindo as normas regimentais e prerrogativas estabelecidas na Deliberação
68 Normativa 177 do COPAM que hoje, frente à excepcionalidade da data e por ser
69 uma data extremamente marcante para a SEMAD e o próprio Conselho, nós
70 convidamos o José Carlos Carvalho para que pudesse presidir, nesta data especial,
71 o Conselho Estadual Político Ambiental, o nosso COPAM. Então a partir de agora
72 eu passo a liderança e a presidência dos trabalhos, oficialmente, formalmente,
73 indicando o servidor público aposentado José Carlos Carvalho para presidir a 186^a
74 reunião, extraordinária, do COPAM. Seja muito bem-vindo, José Carlos Carvalho,
75 grande mestre para todos nós. Obrigado pela sua presença. E não só homenagem
76 aos 25 anos, uma homenagem a você e a toda a sua dedicação e abnegação na
77 matéria ambiental no nosso Estado e no nosso país. Seja bem-vindo, e os trabalhos
78 agora são regidos por você.” **Presidente José Carlos Carvalho:** “Boa tarde,
79 secretário Germano, boa tarde aos conselheiros e conselheiras, é um prazer enorme
80 estar aqui como servidor aposentado do Instituto Estadual de Florestas e do Sistema

81 Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, participando desta reunião. Ela
82 não deixa de ter um forte conteúdo de nostalgia para mim, que tive a oportunidade
83 de presidir este Conselho por quase 12 anos do meu tempo de carreira no serviço
84 público de Minas Gerais, e, sobretudo, pelo prazer também de reencontrar um grupo
85 seletivo de amigos, companheiros, companheiras, que vejo aqui e que gostaria de
86 saudar, alguns mais recentes, que eu não conhecia ainda pessoalmente, mas que
87 tenho o prazer de conhecer agora, ainda que virtualmente.” **3) COMUNICADOS**
88 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Julio Cesar Dutra
89 Grillo: “Eu gostaria de parabenizar a SEMAD e todos os seus servidores, atuais e
90 passados, pelos 25 anos dessa instituição. A linha de tempo produzida pela SEMAD
91 e que pode ser vista no site SEMAD 25 Anos, meioambiente.mg.gov.br, nos mostra
92 de forma didática e clara a evolução do Sisema ao longo desses 25 anos. Eu
93 ressalto neste momento o posicionamento do secretário Germano em relação ao
94 futuro da SEMAD, ilustrado com sensibilidade e clareza da necessidade de evolução
95 pelo uso de um trecho da poesia ‘Há um tempo’, de Fernando Pessoa. ‘Há um tempo
96 em que é preciso abandonar as roupas usadas que já têm a forma do corpo e
97 esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o
98 tempo da travessia. E se não ousarmos fazê-la teremos ficado para sempre à
99 margem de nós mesmos.’ Boa escolha. O Germano tem razão, acho que neste
100 momento não podemos olhar apenas para o passado, para o que já foi realizado,
101 temos também que olhar para frente e para o nosso futuro. É urgente repensarmos
102 isso. Os sistemas de defesa do meio ambiente no planeta, pela nossa região, não
103 estão funcionando bem, precisam de correções profundas e urgentes. Em nível
104 global, para resumir, há uma grave crise climática, e não sabemos se e como vamos
105 sair ou conviver com ela. Os sistemas atuais de defesa do meio ambiente ainda não
106 nos propiciaram soluções, vide a irresponsabilidade inimputável do governo federal
107 com o desmantelamento das nossas instituições e com as queimadas na Amazônia
108 e no Pantanal. Em nível local, há uma grave crise hídrica na Região Metropolitana
109 de Belo Horizonte e um histórico de rompimento de barragens, que ainda não deve
110 ter terminado. O não descomissionamento de todas as barragens de rejeitos
111 representa muitas bombas armadas para as futuras gerações. O problema das
112 barragens deixadas ao léu, sem descomissionar, é que elas podem romper daqui a
113 5, 10, 50, 200 anos. O nosso processo de licenciamento ambiental está deixando
114 essas bombas armadas para a economia pública, para a sociedade e para o meio
115 ambiente. Nossos córregos estão em estado lastimável, quase todos assoreados
116 pelas minerações e empreendimentos imobiliários realizados com desprezo por
117 precaução, prevenção e sustentabilidade. Neste momento, eu faço um parêntese
118 para elogiar a posição que o Dr. José Carlos Carvalho tem tomado em defesa da
119 sustentabilidade dos nossos empreendimentos. Os impactos sobre nossas águas
120 subterrâneas são desconhecidos e poderão nos trazer problemas imensos em um
121 futuro próximo. Nossos corredores ecológicos estão acabando, e a Fiemg e a CMI,
122 vergonhosamente, já se pronunciaram em conselhos pela sua inexistência. O IEF
123 vem trabalhando desde 98 sobre esse assunto e tem todos os estudos necessários

para implantação de alguns dos mais importantes corredores. Mas a Fiemg, as mineradoras e a CMI, de alguma forma, não permitem que se implantem os corredores ecológicos necessários para conservação das nossas unidades de conservação. Os corredores ecológicos da Região Metropolitana de Belo horizonte devem acabar em poucos anos. Pela pressão das mineradoras, provavelmente, perderemos também as nossas poucas unidades de conservação, vide o Parque Estadual da Serra do Rola-Moça e autorização para a MGB minerar dentro de sua área de amortecimento, fazendo fronteira com o parque. Vide o Mona da Serra da Moeda e a pressão para retalhar suas fronteiras para beneficiar a Gerdau. Vide a autorização para continuidade da mineração na serra da Piedade. Nossa sociedade está perdendo seus bens materiais e imateriais para o descuido com o meio ambiente. A situação de povoados, como o de Brumadinho, Mariana, Macacos, André do Mato Dentro e outros, deixa essa triste realidade. Eu aqui teria muita coisa para dizer, mas não vou dizer. É uma pena, porque este eu acho que era o momento de deixar clara a nossa real situação. Eu vou para o fechamento do meu texto, infelizmente, porque acho que é um texto que tinha princípio, meio e fim, tinha uma lógica. Só para fechar, o seguinte. A legislação ambiental do Estado de Minas Gerais, da forma como se apresenta hoje, não possibilita à sociedade civil atuar em favor da preservação ambiental, da sustentabilidade e na prevenção de desastres. Leis, decretos e deliberações precisam passar por profunda evolução. Isso deve ser rápido. Estamos atingindo o limite, muitas vezes, as consequências estão claramente no nosso entorno, nas crateras que enfeiam nossa paisagem, nas barragens rompidas e no receio de novos rompimentos, que retiram a possibilidade florescimento de outras atividades econômicas sustentáveis, nos rios perdidos, na situação desesperadora em que se encontram muitas comunidades, como as de Bento Rodrigues, André do Mato Dentro, Macacos e outras, na morte de nossos córregos e nascentes, nos rebaixamentos de lençol freático e suas consequências sociais e ambientais, nas perdas de corredores ecológicos, matas e vidas, nas perdas para a economia pública. A composição dos Conselhos deve ser profundamente alterada, necessitamos de uma qualidade real entre representantes do governo e da sociedade civil sem fins lucrativos. Se não este Conselho não funciona, ele fica na mão dos interesses econômicos. Uma pergunta: será que devemos manter, nos conselhos de meio ambiente, pessoas e entidades que demonstram, claramente, desprezo pela questão ambiental, pelo desenvolvimento sustentável e pelos princípios de precaução e prevenção? Na opinião da sociedade, não, não devemos manter. A sociedade precisa e aguarda uma ação firme dos legisladores, dos servidores do Sistema e dos profissionais de direito ambiental para proteger vidas e evitar a catástrofe ambiental que se avizinha. O Estado de Minas Gerais tem a oportunidade de transformar esse triste retrato da nossa situação ambiental. Já vimos seu comprometimento com a exitosa redução dos prazos de licenciamento. Gostaríamos de ver essa mesma determinação e dedicação na evolução dos nossos processos de licenciamento e na proteção de nossos corredores ecológicos e bacias hidrográficas. Germano, te desejo muito boa sorte.

167 As mudanças são urgentes, e o caminho não é fácil. Mas aproveite que você tem
168 uma boa equipe de servidores, uma boa estrutura organizacional e uma sociedade
169 cada vez mais consciente da necessidade de preservarmos melhor nosso meio
170 ambiente para o presente e para o futuro.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier:
171 “Eu sou portador do abraço afetuoso de parabéns, Germano, do nosso presidente
172 Gilvan, que me fez aqui como intermediário desse abraço afetuoso a você,
173 parabenizando pelo sucesso. Doutor José Carlos Carvalho, eu estou fazendo 20
174 anos como servidor também do Estado indiretamente, e foi na sua gestão enquanto
175 secretário de Estado que o senhor e o Shelley Carneiro me deram a oportunidade
176 na FEAM, onde eu permaneci por sete, oito anos. E em função talvez do
177 desempenho que obtive dentro do setor eu fui convocado pela AMM para prestar
178 esse serviço, onde estou há 14 anos. Então na realidade, Germano, Hidelbrando,
179 José Carlos Carvalho, amigos aí presentes, o Anderson, sobretudo, eu comecei
180 minha carreira atuando na Prefeitura Municipal de Contagem. Mas ao longo do ano
181 eu fiz também 20 anos de servidor direta e indiretamente do Estado. Eu quero então
182 cumprimentar a todos pelo sucesso, pelo crescimento da pasta, Germano, fruto do
183 seu caráter, da sua competência pessoal. Parabéns.” Conselheira Maria Dalce
184 Ricas: “Eu quero solicitar à secretaria executiva do COPAM que na próxima reunião
185 plenária sejam pautados alguns assuntos. O primeiro deles é que eu gostaria de ter
186 informação sobre em que pé está o CAR, o Cadastro Ambiental Rural. O segundo é
187 o seguinte. Eu gostaria de um relato da SEMAD e do IEF sobre o que pretende o
188 Sisema fazer em relação a atropelamento de animais silvestres, o que virou uma
189 tragédia, que hoje está sendo considerando quase que a segunda causa de
190 diminuição da fauna silvestre no Estado. Apesar de, reiteradamente, nós termos
191 solicitado providências, não conseguimos resultados. Então nós gostaríamos de
192 uma manifestação oficial, se o Estado vai lavar as mãos, se não vai fazer nada ou o
193 que pretende fazer. Outro assunto é o seguinte. No nosso entendimento, a Polícia
194 Militar Ambiental do Estado de Minas Gerais, a antiga Polícia Florestal, tem tido um
195 papel dos mais relevantes no nosso Estado. Não sei como está hoje, mas fomos um
196 Estado da Federação não a acabar, mas a reduzir o tráfico de animais silvestres,
197 graças às ações de mitigação. Mas o que nos parece é que a Polícia Militar
198 Ambiental... ‘Nós vamos atender sua solicitação, mas não vai ser agora, porque nós
199 temos quatro situações para atender agora, quatro pessoas’. Eles trabalham e têm
200 que folgar também. Estavam em Rio Acima. ‘Nós até que temos carro, mas não tem
201 quem dirigir.’ Então nós gostaríamos que fosse feita uma apresentação da situação
202 atual da Polícia Militar Ambiental no Estado, sobre equipamentos, estrutura de cada
203 uma, contingente, distribuição geográfica... Eu gostaria de solicitar uma
204 apresentação sobre como está a discussão sobre logística reversa em Minas
205 Gerais, dada a quantidade de embalagens plásticas constantemente descartadas.
206 E tem mais um assunto. Vai fazer um ano ou um pouco mais que nós estamos
207 implorando à SEMAD que nos informe quais critérios técnicos e jurídicos levaram a
208 SEMAD a dispensar do enquadramento na Lei do Snuc de inúmeros
209 empreendimentos no Estado. Houve definição de que o enquadramento era por

210 impacto ambiental, e a SEMAD alegava e alega que deveria ser com estudo de
211 EIA/Rima. Só que usa esse argumento para dispensar inúmeros empreendimentos.
212 Já que é o 'Comunicados dos Conselheiros' eu comunico aos demais conselheiros
213 que a SEMAD não nos responde quais são os critérios técnicos e jurídicos que a
214 amparam para tomar essa decisão, diga-se de passagem, sem qualquer discussão
215 com a sociedade e nem mesmo com este Plenário." Hidelbrando Canabrava
216 Rodrigues Neto/SEMAD: "Primeiro eu registro que nós anotamos todos os
217 questionamentos. Aqueles que puderem ser respondidos agora o diretor geral do
218 IEF está presente aqui na reunião. Aqueles que demandam uma análise técnica,
219 nós já notamos e vamos passar para equipe técnica." Antônio Augusto Melo
220 Malard/IEF: "Presidente José Carlos Carvalho, grande prazer, grande honra estar
221 nesta reunião com o senhor, que é um grande exemplo a todos nós. Ainda mais
222 como ex-diretor geral do IEF, servidor público aposentado do IEF. É uma grande
223 honra. E claro também dar os parabéns à SEMAD pelos 25 anos, ao secretário
224 Germano, por toda a excelente condução dessa pasta. E para mim é um grande
225 orgulho também ter feito parte efetiva da SEMAD durante quase três anos. E hoje,
226 claro, trabalhando no IEF, como uma vinculada da SEMAD. Como a gente sempre
227 diz, somos todos Sisema. Então eu me sinto parte integrante da SEMAD também.
228 Parabéns a todos os servidores. Respondendo algumas questões colocadas pela
229 Dalce. Eu não entendi muito bem o segundo, sobre o IEF. O áudio estava meio ruim.
230 Mas em relação ao CAR nós podemos trazer na próxima reunião uma apresentação
231 atualizada. Inclusive, está prestes a ser publicado um decreto do Programa de
232 Regularização Ambiental. E na próxima reunião podemos trazer toda essa evolução
233 que vem sendo realizada aqui no Estado. Em relação ao CAR, nós temos cerca de
234 830 mil imóveis inscritos, sendo que cerca de 540 mil já fizeram adesão ao PRA.
235 Ainda não iniciamos a análise do CAR porque, inclusive, nós estamos trabalhando
236 junto com algumas instituições, como a UFMG, para fazer análise dinamizada, algo
237 que também está sendo trabalhado pelo Serviço Florestal Brasileiro. Deve ser
238 entregue até o final do ano, para todos os Estados, essa nova ferramenta, haja vista
239 que é humanamente impossível analisar, processo por processo, 830 mil imóveis.
240 Então essa é uma ferramenta que vai ajudar todos os Estados da Federação. Mas,
241 além disso, claro que em muitos dos casos nós vamos precisar fazer essa análise,
242 vamos dizer assim, manual. Então estamos prestes também a publicar uma
243 Resolução que vai trazer as diretrizes para análise, quais serão os imóveis
244 prioritários, como será a cronologia de análise desses imóveis. Então nós estamos,
245 tanto com o CAR quanto com o PRA, a passos largos, com planejamento de neste
246 ano termos os dois instrumentos e essa política tão importante para o Estado de
247 Minas Gerais, assim como para o país. Podemos dizer que é uma política inovadora,
248 nenhum país do mundo tem um programa tão robusto como esse. Mas ele precisa,
249 de fato, ser implementado, até para que o Estado consiga cumprir com suas
250 obrigações e com seus objetivos de recuperação de áreas degradadas. Hoje o
251 Estado de Minas Gerais, inclusive, tem, por força de lei, o seu PMDI, uma meta
252 bastante arrojada de chegar até 2030 com 15% a mais de área restaurada em

253 relação àquilo que é suprimido legal ou ilegalmente. Então eu me comprometo a, na
254 próxima reunião, trazer uma apresentação bem detalhada sobre esses
255 instrumentos. O segundo eu não sei se entendi muito bem, mas refere-se a ameaça
256 da fauna silvestre. Aí eu não entendi se é por conta de incêndios florestais.
257 Atropelamento. Ok. Nós até conversamos, um tempo atrás. No Rola-Moça, a gente
258 vem tendo um cenário nesse sentido, então a gente vem atuando dentro das
259 unidades de conservação no sentido de ter um sistema de videovigilância para
260 poder identificar veículos que estejam trafegando de modo irregular, uma
261 sinalização mais apropriada. Até conversamos com o DER para que faça essa
262 sinalização, implemente, por exemplo, alguns sistemas de redução de velocidade,
263 radar. Então com o DER a gente vem avançando em negociações, não só no Rola-
264 Moça, mas também em outras áreas do Estado, e, claro, precisamos trabalhar muito
265 na política de conscientização, de prevenção também e no licenciamento. No âmbito
266 de licenciamento, têm sido bem frequentes medidas como condicionantes
267 relacionadas a essa questão. Haja vista alguns empreendimentos que, como
268 condicionantes, tiveram que implementar Cetas ou fazer algumas atuações e ações
269 relacionadas à questão da fauna silvestre. Depois podemos também nos reunir e
270 conversar um pouco mais disso. É uma matéria que não é somente afeta ao IEF, é
271 claro que perpassa pela SEMAD, pelo DER, a Seinfra, para também trazer algumas
272 informações mais atualizadas, o prognóstico para essa ação.” Conselheiro Tobias
273 Tiago Pinto Vieira: “Na pessoa do José Carlos, eu gostaria de cumprimentar a todos.
274 Gostaria de mandar também um abraço, ao José Carlos, do Tonhão, que é meu pai.
275 Eu lembro, quando era pequenininho, eu era fotógrafo seus nas conversas, nas
276 reuniões, antigamente. Eu gostaria aqui de dar os parabéns à SEMAD e dizer que
277 são muito belas as imagens oferecidas no vídeo, mas também queria dizer que nós
278 temos um grande desafio pela frente que é a mudança da visão do empresário em
279 nosso Estado. Nós estamos vendo a sigla ESG, muito comentada no mercado
280 financeiro, que é environmental, social and governance. As empresas precisam
281 cumprir os pilares da sustentabilidade. A gente vê empresas se orgulhando de
282 atividades mediocres como um grande feito para o meio ambiente, sendo que elas
283 sugam totalmente o meio ambiente para sua atividade econômica. E ao mesmo
284 tempo nós vemos também o agronegócio se orgulhando ou dizendo que a reserva
285 de 20% é demasiada, porque eles usam o meio ambiente para produzir. Então
286 realmente o trabalho não é punitivo, o trabalho não é de prejudicar esse pessoal e,
287 sim, é um trabalho de educação, nós temos que mostrar que é diferente, não é
288 simplesmente produzir e ser obrigado a fazer a preservação. Portanto, eu vejo que
289 os desafios da SEMAD de agora para frente são muito grandes, e temos que
290 trabalhar nessa mudança de visão, não é simplesmente licenciamento, punir e fazer
291 essas atividades, o que está sendo a mesmice. Mas, de toda forma, temos muito a
292 avançar e estamos juntos nessa caminhada. Por último, eu gostaria de mostrar para
293 os senhores e também acabei de enviar no e-mail do secretário, assim como ao
294 secretário executivo, um ofício que ontem foi aprovado na reunião plenária do BH
295 Paracatu, pois o Comitê vem cobrando da Gerência de Compensação Ambiental

apresentar para o CBH Paracatu a relação das cobranças pela compensação ambiental que foram aplicadas na bacia do rio Paracatu. Nós sabemos que é uma região que tem muitos empreendimentos de alto impacto, que foram cobradas essas taxas de compensação ambiental, e em Paracatu existe uma unidade de conservação que ainda carece de recursos. A unidade não está jogada fora, não está abandonada, mas carece. Simplesmente quatro brigadistas não vão resolver o problema. No ano passado, nós tivemos muita incidência de fogo da área. Temos uma área belíssima, que protege os mananciais da cidade, e nós precisamos que pelo menos parte da compensação ambiental seja destinada ao parque. Nós não estamos pedindo um favor, estamos pedindo que a legislação seja cumprida, porque a compensação ambiental tem que ser destinada, pelo menos em parte, para a unidade de conservação da bacia. Então vamos ver, por favor, se conseguem nos responder. Se eu pudesse compartilhar a minha tela, eu iria mostrar o ofício que foi aprovado ontem. Mas de toda forma o e-mail do secretário já recebeu, a Assoc já recebeu, e o secretário executivo, também. Portanto, mais uma vez, peço urgência na resposta desse ofício e da moção, porque já tem um mês que foi enviado, e o Comitê ainda espera a resposta para dar andamento. Nesse último ofício, de ontem, além de cobrar a resposta, pedimos uma agenda ou com o Antônio Malard ou com o Germano, alguém que responda pela compensação ambiental. Vamos tentar trabalhar de forma conjunta. A bacia do Santa Isabel é totalmente impactada, falta água para o produtor rural, falta água para a cidade, é uma área de conflito, e o parque protege os mananciais da bacia. Então, mais uma vez, por gentileza, respondam ao Comitê de Bacia, pois ele está esperando a resposta.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Conselheiro Tobias, primeiramente, será um prazer conversar com você. Prontamente, já podemos agendar essa reunião para o início da semana que vem. Entraremos em contato com você para agendar essa reunião. Eu vou fazer uma apresentação, logo mais, sobre os incêndios e tenho uma boa notícia sobre a implementação de uma base operacional na região, justamente para fortalecer esse aparato que nós temos tanto de recursos humanos quatro de ferramentas, veículos, para as ações de prevenção e combate a incêndio. E na próxima reunião da CPB nós vamos levar um pleito para implementação de uma série de ações no parque, na região. Então a região estará bem atendida – são boas notícias – com esses aportes tanto do ponto de vista de recursos humanos quanto com ferramentas, veículos, entre outras questões.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu vou cumprimentar a todos os conselheiros do COPAM na pessoa do José Carlos Carvalho e lembrar, José Carlos, que, se você for à lista de presença, eu estava na primeira reunião do COPAM que você presidiu dentro do sistema da Secretaria de Meio Ambiente, recentemente criada naquela ocasião. Eu quero aproveitar a oportunidade de o Antônio Malard estar conosco aqui e não quero, Malard, que você me responda tim-tim por tim-tim, mas é o seguinte: nós estamos tendo muito problema em relação a propriedades rurais menores do que 4 módulos fiscais no que diz respeito a reserva legal. Porque a reserva legal dos 4 módulos fiscais tem um sistema diferenciado. E mais atrás algumas propriedades

339 fizeram averbação da reserva legal. Então eu tenho uma averbação de área da
340 reserva legal, averbação em cartório, e tem um regime diferenciado com o novo
341 Código Florestal. Então é só para alertar que é uma matéria muito importante e
342 precisa ser regulamentada o quanto urgente possível.” Conselheira Andressa de
343 Oliveira Lanchotti: “Eu gostaria de cumprimentar a todos os conselheiros na pessoa
344 do nosso presidente desta sessão, Dr. José Carlos Carvalho. Parabenizá-lo também
345 pela sua trajetória e pelo seu papel na evolução do direito ambiental, da política
346 ambiental em Minas Gerais e no Brasil. Eu gostaria de cumprimentar a SEMAD
347 pelos 25 anos, todos os seus servidores e na pessoa do secretário Germano. Eu já
348 tive oportunidade, na apresentação no seminário do dia 8, de falar um pouco da
349 integração ocorrida entre o Ministério Público e a SEMAD, IGAM, FEAM, IEF.
350 Durante a gestão do secretário Germano, seja como secretário adjunto, seja como
351 titular da pasta, nós conseguimos avançar em temas importantíssimos para a
352 política ambiental de Minas Gerais. Mas tomada pela fala da conselheira Maria
353 Dalce sobre o atropelamento de animais me remeteu a uma reunião que eu tive
354 recentemente nas auditorias de acompanhamento de segurança de barragens, que
355 indicam alto índice de atropelamentos de animais nas áreas de construção das
356 chamadas ECJs, que são as estruturas de contenção de jusante, aquelas estruturas
357 gigantescas que estão sendo construídas para conter rejeitos na hipótese de ruptura
358 de barragens. Então nós temos três ECJs em construção, em estágio avançado já,
359 da Vale. Uma na mina de Gongo Soco, uma na mina de Mar Azul e outra na mina
360 de Fábrica. Essas estruturas têm mais de 40 m de altura, como, por exemplo, a
361 estrutura de Fábrica, que tem uma capacidade de reservação de mais de 90 milhões
362 m³ de rejeitos. Diante de toda inovação que ocorreu desde o rompimento de
363 Brumadinho, essas estruturas não estavam previstas nas Políticas Nacional e
364 Estadual de Segurança de Barragens. Então diante disso nós vislumbramos uma
365 lacuna, elas não passaram por licenciamento ambiental. O conselheiro Julio aqui
366 citou os crimes ambientais que foram cometidos em André do Mato, na construção
367 dessa estrutura para a mina de Gongo Soco, como vários crimes ambientais
368 também em Fábrica, reflorestamento, entre outros. Então diante disso o Ministério
369 Público solicitou as suas auditoras independentes que emitissem uma nota técnica
370 informando se essas ECJs deveriam ou não estar inseridas nas políticas de
371 segurança de barragem. Quatro empresas de auditoria independente fizeram um
372 documento técnico dizendo que, como são estruturas construídas em razão da
373 atividade de mineração, elas deveriam ser inseridas nas Políticas Nacional e
374 Estadual de Segurança de Barragem no âmbito da regulação da atividade de
375 mineração. Prontamente, encaminhamos ofício à ANM e à FEAM requerendo essa
376 inclusão, para que os órgãos ambientais passem a fiscalizar as ECJs. A ANM
377 respondeu ou no dia seguinte ou dois dias depois dizendo que já faria a inclusão.
378 Inclusive, oficiou a Vale para cadastrar as ECJs no SIGBM, o sistema de
379 cadastramento nacional de barragens. Não tivemos uma resposta, no primeiro
380 momento, por parte da FEAM. Tivemos, recentemente, no sentido da não inclusão
381 na Política Estadual de Segurança de Barragens. A FEAM diz que está trabalhando

em relação a regularização ambiental das estruturas, mas informou que já tem um entendimento consolidado de que não deveria estar incluída na Política Estadual de Segurança de Barragens. Então eu queria compartilhar essa questão com os senhores, que eu acho extremamente preocupante que essas estruturas passem à margem da fiscalização estadual. Eu acho que isso é um ponto que nós precisamos avançar aqui, urgentemente.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Eu vou aproveitar, secretário José Carlos Carvalho, e falar um pouco também do que o conselheiro falou sobre a questão da sustentabilidade. A FEAM tem trabalhado na questão da sustentabilidade também, estamos discutindo essa questão dos ODS, está na pauta da FEAM também fazer essa discussão. Com relação à colocação da Dra. Andressa, do Ministério Público, nós entendemos que aquelas estruturas, as estruturas de contenção de jusante, chamadas ECJs, têm o objetivo de contenção num eventual rompimento. Não quer dizer que, por não estar classificada toda a estrutura no cadastro de barragens, ela não está sendo acompanhada e monitorada. A resposta que encaminhamos até para o Ministério Público é que todas as estruturas em que tem a construção dessas estruturas são barragens que estão em nível de alerta, de emergência. O Sisema trabalhou na construção de um protocolo que, ao acionar essa emergência, a empresa tem que repassar uma série de informações e de estudos do que está sendo conduzido com aquela ação de emergência com relação a qualidade da água, monitoramento da qualidade da água, com relação ao resgate de animais, com relação às emissões dessas estruturas. Então, dentro desse contexto dos acionamentos de emergência, entendemos que essas estruturas têm e vão ter um acompanhamento do Sisema, a partir desses acionamentos, e vai ser acompanhada a execução da sua obra em função da emergência colocada. Então não entendemos como um cadastro de uma barragem, até porque, se colocarmos como uma barragem, em função da lei, eu deveria mandar descomissionar, porque ela tem que passar por licenciamento prévio, de instalação e de operação. E é uma ação emergencial. Então nós entendemos que essas estruturas têm um cunho emergencial, em função da situação que foi colocada, estão sendo acompanhadas e serão acompanhadas dentro desse fluxo da emergencialidade colocada para o caso. Então essas estruturas não deixam de ter o controle e o acompanhamento do Sisema, mas não são classificadas como barragem, porque não operam, atualmente, como barragem, são estruturas para uma emergencialidade na ocorrência do rompimento das barragens que estão em nível de alerta. Então o Sisema assume uma responsabilidade de acompanhar essas estruturas dentro dos acionamentos de emergência, que são os casos que se colocam agora para essas estruturas, considerando, inclusive, a própria colocação do Ministério Público sobre a excepcionalidade que vivemos, de uma série de barragem em nível 2, nível 3, que dura um tempo muito grande desse acionamento. Então nós entendemos que esse acompanhamento, inclusive das questões ambientais de forma geral, de resgate de fauna, de qualidade da água, dentro desse protocolo que foi criado dentro do Sisema, atenderia esse acompanhamento que precisa ser feito com relação a instalação e o que precisa ser feito de resgate e

425 monitoramento dessa situação de risco.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira:
 426 “Obrigado, Germano, inclusive pela surpresa de nos trazer o José Carlos Carvalho,
 427 parabéns pelos 25 anos. A nossa instituição, Abes, que tem 53 anos, a qual eu
 428 presido em Minas Gerais e que tem cadeira cativa neste Conselho, tem muito
 429 orgulho de pertencer a essa instituição e estar junto a ela nesse tempo. E dizer o
 430 seguinte. Para o Germano, uma mensagem de santo Agostinho: ‘Eu prefiro os que
 431 me criticam aos que me bajulam, porque os que me criticam me corrigem, e os que
 432 me bajulam me corrompem.’ Segundo, tem um pensamento que eu tenho tido muito
 433 de que ‘a terra está doente’. Enquanto não chegarmos a essa conclusão enquanto
 434 humanidade, nós vamos sofrer muito. Apesar de termos boas leis e escrevermos
 435 boas coisas, desejar boas coisas, escrever boas coisas, a nossa ação ainda não é
 436 boa. E a terra está doente, e a doença pode ser a gente, pode ser a humanidade.
 437 Como Secos e Molhados, da época de 70, ‘o verme passeia na lua cheia’. Então
 438 temos que começar a tomar consciência disso, e só assim eu acho que vamos
 439 começar a fazer alguma coisa real e não ilusória, como temos feito. Por fim, é uma
 440 comemoração, sim, eu estou muito feliz mesmo de estar aqui, muito feliz de estar
 441 ao seu lado, José Carlos, e de tê-lo encontrado na vida por muitas vezes.”

442 Presidente José Carlos Carvalho: “Obrigado, Rogério. Aproveito para fazer um
 443 comentário rápido em relação à forma que você apontou a gravidade da situação
 444 atual. Eu sempre digo que não é possível haver uma humanidade saudável e um
 445 planeta doente. É esse o grande desafio da civilização do terceiro milênio.”

446 Conselheira Guilherme Lana Pimenta: “Eu venho em nome da OAB Minas Gerais
 447 parabenizar a SEMAD pelos seus 25 anos, um histórico de trabalho muito feliz e
 448 muito importante para a história de Minas Gerais. Parabenizar o convite feito ao
 449 presidente José Carlos, que para a Ordem sempre foi muito importante. Na palavra
 450 do Dr. Mário Werneck, presidente da Comissão de Direito Ambiental, o ídolo
 451 ambiental dele. Então é muito importante chamar atores tão importantes para a
 452 história do meio ambiente de Minas Gerais para um Conselho também de tamanha
 453 importância. Em segundo lugar, como membro da Ordem, eu venho trazer à tona
 454 um assunto de extrema importância para o direito ambiental, que é o assunto do
 455 enfrentamento às mudanças climáticas, das emergências climáticas. Essas foram
 456 as palavras escolhidas do ano passado como as palavras mais ditas, emergências
 457 climáticas. E nisso devo pedir o acompanhamento de todos os conselheiros, de
 458 todos os membros do Conselho para a audiência pública que vai ser realizada nos
 459 dias 21 e 22 de setembro, audiência convocada pelo ministro Roberto Barroso em
 460 sede da ADPF nº 708, que vai tratar da apuração dos fatos da utilização do Fundo
 461 Climático, além de outros assuntos de importância para instrumentalização da
 462 política ambiental brasileira. Mudanças climáticas, um tema muito complexo. Na fala
 463 de Fernando Pessoa, ‘primeiro, estranha-se, depois entranha-se’. É muito
 464 importante que nós tenhamos entranhados nas nossas perspectivas para a política
 465 ambiental o enfrentamento às mudanças climáticas.”

4) EXAME DA ATA DA 185^a REUNIÃO. Aprovada por unanimidade a ata da 185^a reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 28 de julho de 2020. Votos

468 favoráveis: SEMAD, Seapa, SEE, Seplag, Seinfra, Sedese, Sede, Segov, SEF,
469 Cedec, Crea, PMMG, ALMG, MMA, AMM, ACMinas, Faemg, Fiemg, Conselho da
470 Micro e Pequena Empresa, Fetaemg, Ibram, CMI, Abes, ProMutuca, Amda, EPA,
471 Mover, Ufla, Assemg e OAB. Abstenções: SES, MPMG, Cefet e Uemg. Ausências:
472 Secult e ABRHidro. Os conselheiros que se abstiveram de votar justificaram a
473 abstenção pelo motivo de não terem participado da reunião. **5) HOMENAGEM À**
474 **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**
475 **SUSTENTÁVEL PELOS SEUS 25 ANOS.** Apresentação: SEMAD. Presidente
476 Germano Luiz Gomes Vieira: “Eu tenho a satisfação e o perfeito entendimento de
477 que o cargo de secretário de Estado de Meio Ambiente é para mim como se fosse
478 uma grande corrida de revezamento e de superação de obstáculos, uma corrida de
479 obstáculos. Nós temos desafios de diversas ordens, desafios financeiros, desafios
480 políticos, desafios materiais, desafios de recursos humanos e mesmo assim
481 tentamos correr o máximo para fazer o melhor e o mais dentro daquele tempo que
482 é reservado. Logo, muitos bastões já foram passados, e eu tenho certeza de que,
483 quando passar o meu, o próximo ou a próxima fará a corrida com a maior velocidade
484 também, buscando nos nossos próximos 25 anos fazer entregas importantes para
485 a gestão ambiental do nosso Estado. Muitas das ações que são resultado hoje são
486 fruto de um trabalho consistente que foi planejado e que veio sendo aproveitado e
487 muito por todos aqueles que me antecederam. Então eu gostaria de posicionar hoje
488 a Secretaria e faço isso com muita tranquilidade. Sou presidente da Abema, que
489 reúne todos os órgãos ambientais estaduais do país, são 48 associados, e vejo que
490 Minas Gerais realmente se posiciona no cenário nacional como um sistema
491 diferenciado. Todas as vezes, em todos os fóruns em que Minas Gerais fala, as
492 pessoas param para ouvir nosso Estado. Hoje nós temos um programa de eficiência
493 ambiental com metas para prestação do serviço público dos servidores, criado junto
494 com o sindicato e com os servidores. Nós criamos a Infraestrutura de Dados
495 Espaciais, que já conta com 502 camadas de informação. Isso começou com um
496 núcleo de geoprocessamento, também na gestão anterior. São 143 mil usuários. Só
497 no ano de 2020 já são 640 mil acessos. Começou em 2018 com 210 mil. Nós
498 começamos um trabalho contínuo de capacitação de servidores. No programa
499 Diálogos com o Sisema, nós levamos os servidores para as regionais, para poder
500 ouvir os pleitos e discutir questões ambientais atinentes a cada uma das regiões, e
501 isso tudo propiciou que 90% das reclamações que chegavam à Ouvidoria Geral do
502 Estado fossem reduzidas ou eliminadas. Não sei se todos lembram das filas
503 quilométricas que ficavam nas Superintendências, para serem atendidos, e às vezes
504 dava até problema de venda de senhas, Boletim de Ocorrência. Tudo isso já foi
505 eliminado também com sistema de agendamento eletrônico. Com apoio do
506 Ministério Público, criamos o Portal da Transparência. Infelizmente, em razão da
507 pandemia, não podemos estar usando lá, mas houve a criação de uma nova sede
508 para o COPAM e o CERH, mais moderna, que desse mais qualidade até para o
509 conselheiro no mister da sua atividade. O aumento da produtividade regional em
510 incríveis 588% nas Superintendências. A criação do selo, aqui do nosso Conselho,

511 o COPAM, do prêmio Natureza Gerais, o selo SEMAD Recomenda, a edição, pelo
512 governador Zema, do Decreto Estadual de Conversão de Multas Ambientais, e em
513 breve teremos as Resoluções que farão o grande start, em Belo Horizonte e no
514 Triângulo Mineiro, desse programa, que possibilitará a aplicação dos recursos das
515 penalidades e multas em projetos ambientais priorizados por este Conselho. A
516 exploração de cooperações internacionais na área de gestão, alternativas para
517 gestão de rejeitos, incremento do programa de gestão de barragens, elaboração da
518 avaliação ambiental estratégica do minério de ferro, novas regras para o ICMS
519 Ecológico, que propiciaram o incremento de R\$ 107 milhões no repasse para os
520 municípios; o MTF, o incentivo ao programa Bolsa Reciclagem, que muitos já não
521 acreditavam nesse importante programa de pagamento por serviços ambientais
522 urbanos, um dos melhores, o primeiro do nosso país em serviços urbanos. Nós
523 tivemos também o início do sistema de licenciamento ambiental 100% eletrônico,
524 com uma economia anual de R\$ 480 mil. Foi 1,4 milhão de folhas de papel
525 economizadas por ano, com a implantação do sistema, fora o recurso de economia;
526 69 servidores e 29 estagiários deixaram de bater carimbos para poder fazer o
527 gerenciamento de outras atividades, de outros serviços públicos importantes. O
528 nosso Conselho aqui aprovou importantes normas, com modernização. Ainda um
529 passo, perante vários outros, tem que ser dado nesta nova roupagem que o
530 conselheiro Julio Grillo manifestou, e entendeu que a nossa missão agora e a nossa
531 intenção, além de tudo, como resoluções relativas a audiência pública, educação
532 ambiental, emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos, uma
533 deliberação normativa do Pafem, Prad, credenciamento de laboratórios, dentre
534 tantas outras matérias que foram enfrentadas pelo Conselho nesses últimos meses
535 e anos. A redução dos processos de licenciamento, de 5.426, que era o prognóstico,
536 para 944 processos físicos, com a meta de encerramento de todos eles até
537 2021/2022. A criação do portal Ecossistemas. Dentro da gestão florestal, criamos
538 duas unidades de conservação: o Parque Estadual de Botumirim, no Norte de Minas
539 e o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. Poderá formar, em curto espaço
540 de tempo, um bom corredor ecológico com o Parque Estadual do Ibitipoca, aonde
541 nós temos, inclusive, autorizações recentes do IEF para reintrodução de araras,
542 antas, muriquis e outros animais silvestres. A criação do centro de referência e
543 capacitação no acolhimento, abrigo e adoção da fauna doméstica, uma competência
544 que foi adquirida pela SEMAD pela reforma administrativa que a Assembleia fez no
545 ano passado. Na gestão de recursos hídricos, a retomada, pelo IGAM, do seu
546 protagonismo no gerenciamento dos recursos hídricos, como tem que ser, com a
547 criação das Urgas, a remodelagem das unidades de planejamento, a criação do
548 sistema de outorga, a criação do cadastro de uso insignificante online, o aumento
549 de 107% dos boletins hidrometeorológicos para orientar os órgãos públicos nas suas
550 ações. Criação do projeto estratégico Somos Todos Água, que é da carteira de
551 projetos do governador. Nós temos pela primeira vez esse desafio de integração da
552 política de saneamento com a política ambiental. E nós sabemos a importância que
553 isso tem. O Rogério está aí e sabe bem disso. E por isso nós iniciamos, quase 20

anos passados da lei, a elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico. No âmbito da fiscalização, fizemos diversas operações, marcamos isso na data de ontem com um seminário sobre fiscalização, com a operação Salve o Jequitinhonha, a operação Mata Atlântica Viva, operações de combate ao tráfico ilegal da fauna silvestre; a criação do Plano Anual de Fiscalização, agora com contribuições da sociedade civil na sua elaboração, ouvindo o COPAM sempre no final do ano; a criação dos Núcleos de Controle Ambiental, para monitorar as condicionantes ambientais; o incremento de 1.797% na conclusão dos processos administrativos relacionados a auto de infração que estavam parados; a redução do tempo de atendimento. Você, José Carlos, acompanhou isso muito no governo federal, todos os sistemas de monitoramento do desflorestamento ou de incêndios florestais. Aqui nós conseguimos reduzir de 108 dias para 21 dias, para o agente fiscal, desde a detecção, a imagem de satélite, o afinamento no IEF, a repassagem para a equipe de fiscalização, para a equipe da Polícia Militar, ida a campo, monitoramento e fiscalização. Isso tudo demonstra não o que já foi feito, mas o tanto de coisa ainda que tem que se fazer após isso. E eu costumo dizer, José Carlos, também pelo fato de você ter sido doutor honoris causa por uma universidade da minha cidade, a Universidade Federal de Lavras, a importância que tem a academia e as tecnologias da engenharia na definição também das nossas políticas ambientais. Mas costumo ir além, eu digo que não há ação do poder público – e nós temos que ter esse entendimento enquanto sociedade – federal, estadual, municipal, de qualquer nível e de qualquer esfera de competência – seja órgão ambiental, seja órgão de polícia, sejam órgãos ministeriais, sejam órgãos de direitos humanos, órgãos de segurança, órgãos de patrimônio histórico-cultural –, nenhum órgão, não há a possibilidade de ação do poder público que substitua duas coisas muito importantes, que são a cultura e o valor da sustentabilidade e a responsabilidade individual e corporativa. Isso os órgãos públicos não conseguirão nunca substituir. Mas podemos fomentar. E este Conselho e a Secretaria, nos próximos 25 anos, têm esse papel significativo. Sobre as colocações feita, uma das coisas me despertou muita atenção, que é a integração dos fatores de sustentabilidade nos serviços que são prestados, sobretudo serviços autorizativos. Eu também me lembro de quando você chefiou a delegação brasileira, em 2002, na convenção da ONU sobre desenvolvimento sustentável. Desde aquela época, se discutia sobre as integrações de métricas muito objetivas que pudessem servir de parâmetros para dizermos ‘essa medida é sustentável’, para não ficar no lugar comum ao utilizar essa expressão ‘desenvolvimento sustentável’. E são esses próximos 25 anos que eu desejo para a SEMAD e para o COPAM. Com muita clareza em entender, através de seus serviços, através daquilo que é proposto ao desenvolvimento do nosso Estado, aquilo que realmente agregará valor ao desenvolvimento sustentável. Porque a partir daí nós teremos realmente uma garantia de qualidade de vida para as gerações vindouras. Presidente José Carlos, todos os conselheiros receberam também uma singela homenagem. Esse presente é de uma cooperativa de catadores de material reciclado, de uma empresa que nos doou, com base em

597 sustentabilidade, aproveitamento, reutilização de resíduos, que hoje poderá servir
598 para a gente poder marcar as nossas leituras. Então muito obrigado à secretaria
599 executiva, que ajudou com que conseguíssemos esse brinde para os conselheiros.”
600 Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: “Secretário, eu posso só
601 complementar esse item? O artesão que fez esses itens está aqui na reunião, é o
602 Sr. Maurício Soares. Só para constar.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira:
603 “Obrigado, Maurício. Muito obrigado pelo presente, pelo brinde aos conselheiros. E
604 quero dizer para vocês que os próximos 25 anos nos aguardam com muitos
605 desafios, mas uma equipe muito vocacionada ao diálogo, a ouvir, a entender, a
606 assimilar e a buscar a melhor forma de executar. Esse é o Sistema Estadual de Meio
607 Ambiente e Recursos Hídricos, essa é a mensagem, esse é o legado que nós
608 buscaremos deixar para as próximas gestões.” Presidente José Carlos Carvalho:
609 “Eu vou aproveitar a apresentação inicial do secretário Germano, gostaria de pegar
610 carona no pronunciamento dele para fazer alguns comentários neste momento de
611 celebração dos 25 anos da nossa SEMAD, que na verdade tem origem na criação
612 do COPAM. O secretário disse muito bem ao mencionar que na vida, na
613 administração pública, principalmente, todas as conquistas resultam de um
614 processo de acumulação, ninguém faz nada absolutamente sozinho, tudo é uma
615 obra de construção coletiva. Então o que nós estamos assistindo aqui hoje é uma
616 obra, uma construção coletiva, que começa nos idos de 1977, com a criação do
617 COPAM. Eu chamaria essa de primeira onda. Tivemos uma segunda onda com a
618 criação da SEMAD. E diria que estamos vivendo uma terceira onda, com o processo
619 de modernização que vem sendo conduzido pelo secretário Germano. Ao falar da
620 criação do COPAM, da SEMAD, dos 25 anos do Sisema, e por que chama SEMAD,
621 por que chama Sisema, para fazer uma avaliação, uma análise, isso não é apenas
622 uma nomenclatura, não é apenas uma sigla, porque são siglas que expressam
623 escolhas. As decisões políticas são feitas de escolhas, a política é
624 fundamentalmente escolher, saber escolher, escolher da melhor maneira. Eu queria,
625 ao mencionar essas iniciativas que fazem hoje 25 anos, tratar de um tema que me
626 é muito caro. Neste exato momento, nos últimos anos e nos meses mais recentes,
627 o Brasil vive, desde o processo de redemocratização e da Constituição de 1988,
628 uma grande onda conservadora, uma onda conservadora que põe em xeque
629 algumas conquistas desse período iniciado com a Constituinte. E um dos pontos,
630 que me é muito caro, que no meu entendimento sempre foi o coração da política
631 ambiental brasileira, é a governança colegiada e participativa. Então eu quero
632 destacar esse ponto, porque esse ponto começa a ser institucionalizado em Minas
633 com a criação do COPAM, em 1977. Em plena ditadura militar, no momento de total
634 restrições das liberdades, nós tivemos em Minas um governo que, ainda que
635 sintonizado com o processo autoritário daquele período, decide criar um conselho
636 com participação da sociedade civil para subsidiar as decisões governamentais na
637 área ambiental. Depois evoluímos para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio
638 Ambiente, mantendo o COPAM como o órgão colegiado decisivo desse arranjo
639 institucional. E em 1995 tivemos a oportunidade de criar a SEMAD, reforçando o

640 COPAM, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, por entender que, como a
641 política ambiental trata fundamentalmente de direitos difusos, como os órgãos
642 ambientais e as entidades ambientais, órgãos da administração direta e entidades
643 da administração indireta, existem para assegurar que a sociedade possa fluir os
644 direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, é fundamental que essa
645 fruição de direitos se faça num modelo de gestão colegiada de tal maneira que os
646 interesses públicos e os interesses coletivos possam se sobrepor. Que o interesse
647 público possa se sobrepor ao interesse privado e que o interesse coletivo possa se
648 sobrepor ao interesse individual. Isso está na essência daquilo que se começou a
649 fazer em Minas, lembrando sempre que o COPAM foi criado em 1997, e nós só
650 fomos ter o Conama, com a aprovação da Lei Nacional de Meio Ambiente, em 1981.
651 Então aqui nós registramos um pioneirismo de Minas, liderado no governo Aureliano
652 Chaves pelo nosso caríssimo ex-ministro de Ciência e Tecnologia José Israel
653 Vargas e Octávio Elísio, que foram figuras centrais nesse processo. Mas por que eu
654 quero dar um destaque à governança colegiada e participativa? Porque quando nós
655 tratamos de assegurar a fruição dos direitos coletivos, dos direitos difusos, nós
656 jamais conseguiremos fazer com que esses direitos possam ser assegurados num
657 modelo de governança baseado em decisões monocráticas, monolíticas e
658 unilaterais da autoridade pública. É fundamental que a sociedade tenha acesso, não
659 para adornar, ser mediadora dos arranjos institucionais, mas que possa participar
660 do processo decisório, para que possa influenciar a concepção e a implementação
661 das políticas públicas em temas que são vitais para a civilização contemporânea.
662 Porque quando nós falamos de meio ambiente, na verdade, é da vida que nós
663 estamos falando, é disso que nós estamos falando. Eu sempre gosto de dizer que
664 dificilmente a vida se manifesta no ambiente destruído e no ambiente destroçado. É
665 preciso criar as condições para que a vida possa se manifestar e ser mantida. Esse
666 é o papel da política ambiental iniciada em Minas. Nós tivemos a criação da Sema,
667 em 1973, como uma iniciativa para responder à Conferência de Estocolmo, de 1972.
668 Mas se formos avaliar a linha do tempo da política ambiental federal nós vamos
669 perceber que, embora a Sema tenha sido criada em 1973, as condições para dar
670 efetividade a uma política de meio ambiente nacional no Brasil só foram acontecer
671 13 anos depois, com a Resolução 1, do Conama, de 1986. Então nós levamos de
672 73 até 81 para ter a lei e depois levamos mais cinco anos para ter a Resolução 1,
673 do Conama, que tirou a Lei Nacional do Meio Ambiente do papel, que permitiu que
674 ela começasse a ser implementada. Então esse é um requisito importantíssimo. E
675 para não me alongar muito eu gostaria de falar da criação da SEMAD, porque já
676 naquela época eu tive a oportunidade de falar isso – não é nada organizado pela
677 própria Secretaria – com a presença do secretário Germano e de outras autoridades
678 e lideranças que estão aqui. Nós tivemos a preocupação, e não foi uma preocupação
679 minha, eu volto a insistir que o que nós fizemos foi obra coletiva, profundas
680 negociações com o setor produtivo, profundas negociações com a sociedade civil,
681 uma grande discussão sobre a maneira de organizar a Secretaria, quais instituições
682 que estariam na Secretaria, qual seria a missão institucional da Secretaria. Porque

683 não se tratava de criar um cargo de secretário, era criar efetivo verdadeiramente na
684 Secretaria de Estado. E nessa discussão, três anos depois da Rio+20, da Rio 92,
685 celebrada no Rio de Janeiro, nós conseguimos criar a SEMAD, introduzindo, não
686 por acaso, a expressão ‘desenvolvimento sustentável’, no sentido, já em 95, de
687 imaginar uma política de meio ambiente que pudesse ter compromisso com a
688 sustentabilidade, que pudesse apresentar indicadores de sustentabilidade, que
689 pudesse criar as condições para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.
690 Porque quando aparece algum segmento da sociedade, sobretudo na onda
691 conservadora que nós estamos vivendo... Eu não estou entrando em mérito de
692 debate ideológico aqui, definitivamente, estou apenas fazendo alguns registros
693 históricos, até porque nós temos uma onda conservadora e um governo conservador
694 legitimamente escolhido pelo povo. Então isso também eu considero. Mas nesta
695 fase em que nós estamos há uma tentativa de desconstruir a governança colegiada
696 e participativa. Acho isso um extraordinário retrocesso, e temos que cuidar dele. O
697 Julio mencionou isso, de alguma forma, na primeira manifestação que ele fez. Não
698 podemos admitir a desconstrução da gestão colegiada e participativa. Da mesma
699 maneira quando alguns segmentos dizem, é muito comum a gente ouvir ‘o meio
700 ambiente atrapalha o desenvolvimento, o meio ambiente está atrapalhando o
701 desenvolvimento’. Ora, se o meio ambiente estiver atrapalhando o desenvolvimento,
702 tem alguma coisa errada, porque as políticas ambientais não foram concebidas para
703 atrapalhar o desenvolvimento, elas não foram concebidas para impedir o
704 desenvolvimento, elas foram concebidas para melhorar a qualidade do
705 desenvolvimento oferecido à sociedade, oferecido à população. Agora, vamos ser
706 claros, se a política ambiental, se os órgãos ambientais, de alguma forma, estão,
707 entre aspas, ‘atrapalhando o desenvolvimento predatório’, a política ambiental está
708 cumprindo o seu papel, ela não está atrapalhando. Ao contrário, ela está criando
709 chances para que o setor produtivo possa reorientar as suas ações no rumo da
710 sustentabilidade. É disso que nós estamos falando. E é por isso que é importante
711 comemorar 25 anos sem olhar no retrovisor, comemorar 25 anos olhando para
712 frente, para que aqueles princípios que nós estabelecemos há 25 anos que não
713 foram ainda suficientemente implementados possam ser considerados. Porque nós
714 vivemos uma era nova, quando hoje as condições políticas para estabelecer a
715 sustentabilidade são muito mais adequadas, criam mais viabilidade do que nós
716 tivemos no passado. Eu mencionei aqui esse exemplo, criamos a Sema em 73 e só
717 fomos ter a Lei Nacional da Política do Meio Ambiente em 81. O Dr. Paulo Nogueira
718 Neto, aquela figura extraordinária, o nosso patriarca, ficou oito anos na Esplanada
719 até conseguir que, em 1981, tivéssemos uma Lei de Meio Ambiente extremamente
720 moderna, que já naquela época criava o Conama com poder deliberativo. Então no
721 momento em que se questionam muito os órgãos ambientais, por razões de
722 natureza autoritária – eu discordo, profundamente, mas, democraticamente,
723 respeito as escolhas –, é preciso recorrer à história, não podemos simplesmente
724 apagar o passado. Porque o que é o presente sem os fatos, as pessoas e as
725 decisões daquilo que passou? O que é o presente se não o último elo de uma cadeia

que vem ao longo do tempo e que nos trouxe até hoje? Eu menciono isso para dizer: a Sema foi criada no momento mais duro da ditadura militar, em 1971, no governo Médice. Na plenitude do regime autoritário, criou-se a Sema. Depois, ainda no governo militar, já ao final, com o governo Figueiredo, criou-se a Política Nacional do Meio Ambiente. Com o Conama, pela primeira vez, a estrutura governamental federal admitia um conselho do qual a sociedade civil participava com poder de deliberação. Porque os conselhos eram todos consultivos, eram uma espécie de adorno da estrutura governamental. O Conama foi criado baseado na experiência de Minas e na experiência que o Rio de Janeiro também já tinha tomado. Então é esse o contexto, essa é a configuração histórica do momento que nós estamos vivendo e daquilo que nós estamos celebrando. Então quando nós colocamos 'desenvolvimento sustentável' no nome da SEMAD isso foi extremamente discutido e pactuado com a sociedade civil e o setor produtivo. Porque nós queríamos uma política de meio ambiente que ajudasse a estruturar uma economia diferente daquela baseada no uso predatório dos recursos naturais. E para não me alongar muito eu quero encerrar, mas pego esse gancho para dizer que, na medida em que Minas comemora 25 anos da SEMAD, nós temos que colocar no radar, considerando todo o esforço de modernização que vem sendo realizado, uma avaliação – que é a avaliação que eu tenho feito, alguns dos meus amigos não compartilham exatamente do meu ponto de vista – de que ainda nós temos uma política de meio ambiente de implementação sofrível. Sofrível pela decadência do Sisnama, sofrível pela decadência do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, pelo enfraquecimento institucional dos órgãos ambientais e de gestão de recursos hídricos. Ainda que assim nós estamos, no entendimento de Brasil, precisando virar uma página, porque nós tivemos até hoje uma política de meio ambiente baseada quase que exclusivamente nos mecanismos de comando e controle do Estado. E as políticas públicas de comando e controle, de outra forma, acabam produzindo modelos de gestão reativos, modelos de governança reativos. Então não basta ter um modelo de governança organizado para unir o uso predatório dos recursos naturais, não adianta ter um modelo de governança para impedir um empreendimento predatório, para impedir um empreendimento sustentável. Ao contrário, para isso nós precisamos do que eu chamo da segunda onda da política de meio ambiente, nós precisamos de um segundo ciclo da política ambiental brasileira, cujas alternativas de solução não estão nas fronteiras da política ambiental, estão nas fronteiras da política econômica. É fundamental colocar isso, a sociedade brasileira tem que estar madura o suficiente, porque não adianta a sociedade civil partir para cima do governo cobrando mais medida de comando e controle, mais medida de fiscalização, se nós temos uma estrutura de desenvolvimento, uma política econômica, que continua financiando o modelo predatório de uso dos recursos naturais. É nesse campo que nós temos que colocar, aos 25 anos da nossa SEMAD, a partir de Minas, a discussão da política ambiental brasileira. Ainda hoje nós temos um Crédito rural – está aqui o Carlos Alberto, nosso guru – que financia, dependendo das circunstâncias – não podemos generalizar – o

769 uso predatório. Eu fico desencantado quando vou à Zona da Mata, ao Mucuri, ao
770 Vale do Rio Doce e vejo o proprietário em um terreno daqueles terrenos declivosos
771 arando seu pasto de morro acima, em pleno século XXI, com dinheiro do Crédito
772 Rural. E na hora que o agricultor mais consciente quer restaurar, quer plantar, ele
773 não tem crédito rural. Ele tem apoio financeiro para promover erosão, porque aquele
774 tipo de aração da propriedade, vem a chuva, leva o horizonte, água e solo todo para
775 a baixada. Eu fico numa dúvida atroz, não sei se fico penalizado pelo dano ambiental
776 ou se fico com pena do proprietário que está dilapidando o patrimônio dele. Porque
777 é isso que acontece. Então nós precisamos ser aliados do setor agropecuário para
778 contribuir numa política de sustentabilidade. E nós sabemos que a Faemg, a
779 agricultura familiar e a Fetaemg vêm fazendo esforços nesse sentido. Mas é preciso
780 mudar, não é razoável fica continuando as pessoas arando terra com trator de morro
781 acima, em terras declivosas. Me desculpem a recorrência, mas eu sempre tenho
782 que dar esse exemplo, porque quem teve oportunidade de conhecer os Andes
783 peruanos, bolivianos, quem teve oportunidade de ir a Machu Picchu... Gente, os
784 incas já faziam agricultura em terraço 300 anos antes de Colombo, os incas já faziam
785 terraceamento 300 anos antes de Colombo. Nós continuamos aqui fazendo uma
786 agricultura de montanha como se montanha não fosse. É como a construção civil
787 do Brasil, a primeira coisa que faz é tirar o bolo para fazer o tabuleiro, uma
788 movimentação imensa de terra. Desculpa meus exemplos simplórios, mas é para
789 dar substância àquilo que eu quero falar. Então eu acho que a partir de Minas,
790 secretário Germano, nós podemos, como já fizemos no passado, ser referência,
791 adotar o nosso pioneirismo para lançar o segundo ciclo da política ambiental
792 brasileira, baseada no uso sustentável do recurso natural, fazendo com que as
793 políticas tributárias, fiscais e creditícias incorporem a dimensão ambiental. É
794 bobagem achar que nós vamos mudar de patamar o modelo de desenvolvimento
795 brasileiro apostando exclusivamente nos mecanismos de comando e controle do
796 Estado. É necessário, mas não é suficiente. Comemoramos os 25 anos lançando a
797 base dos próximos 25. Com isso, eu quero agradecer, honrado e penhoradamente,
798 a sua iniciativa, secretário, a sua generosidade de me conceder a oportunidade
799 nostálgica de matar a saudade do COPAM, onde militei por tantos anos, assim como
800 havia militado no Conselho Nacional do Meio Ambiente, como secretário executivo
801 e presidente. Agradeço, profundamente, agradeço de coração essa oportunidade e,
802 sobretudo, a oportunidade de conviver, de rever os conselheiros do COPAM, de
803 estar neste Colegiado de tanta importância para as políticas públicas de Minas
804 Gerais e lançar aqui o desafio de nova abordagem, novas mudanças para o futuro.
805 Se nós não formos capazes de nos mobilizarmos, é bobagem achar que mudança
806 ocorre por combustão espontânea. O exercício do poder e a política são o jogo da
807 pressão e da contrapressão dos interesses instalados no seio da sociedade. A
808 política funciona paramentada por esses dois aspectos: pressão e contrapressão. A
809 sociedade organizada, a sociedade mobilizada, não contra o desenvolvimento, mas
810 a sociedade mobilizada a favor do desenvolvimento sustentável, pactuando com o
811 setor produtivo, como agora recentemente participei de tratativas realizadas no

812 âmbito da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, da qual eu sou membro,
813 juntamente com o setor agropecuário, conseguir fazer um pacto em que o próprio
814 setor agropecuário senta na mesa e aceita o desafio de fazer um rearranjo para
815 refazermos o rumo. E para refazer o rumo é fundamental ter clara noção de onde
816 nós queremos ir. Eu concluo utilizando uma frase de que quando a gente percorre
817 os caminhos já construídos a gente vai até onde os outros já foram, quando a gente
818 quer ir além é fundamental construir caminhos novos. Muito obrigado.” Conselheiro
819 Rogério Pena Siqueira: “Primeiro, parabéns. Apesar da realidade e do meu realismo,
820 eu ainda acredito. Acredito no ser humano e acho que não podemos ser terra
821 arrasada e jogar fora tudo que foi feito, como disse o próprio presidente. Parabéns
822 para a SEMAD. Dizer que a Abes estará aqui. Eu também estou passando o bastão
823 da Abes no ano que vem, depois de quatro anos. Aliás, estou passando o bastão de
824 todas as associações. Eu resolvi a me dedicar, a partir de então, a minha vida
825 pessoal, porque a dedicação sempre foi em função de associações ou de vida
826 coletiva e de trabalho de militância. Agora, com minha aposentadoria na prefeitura,
827 eu vou me dedicar a minha leitura, ao meu trabalho e a mim próprio e a minha
828 família. Dizer que o trabalho feito sempre tem um grande valor que temos que
829 respeitar e reconhecer. E aí, Germano, reconhecer também significa falar e mostrar
830 o que foi feito, como está aí. Os desafios são muito grandes, a Abes estará sempre
831 aqui. Dizer que a Abes agora começa um novo programa, chamado Saneamento é
832 Básico, um programa de bate-papo entre especialistas ou pessoas do setor,
833 reconhecidamente. E a gente começa com a própria Secretaria de Meio Ambiente,
834 hoje, às 18h, motivo da minha saída, para preparar o programa. E o presidente da
835 Copasa. É um programa festivo, hoje, às 18h, no YouTube, o programa da Abes,
836 que será mensal. E nós pretendemos com isso colocar o saneamento com a
837 importância que ele tem, incluindo-o em debate com a sociedade, não só entre
838 técnicos e pessoas especialistas do setor. Então eu espero quem puder ir lá. E por
839 fim contar uma pequena história, presidente, que meus filhos me ensinaram. Pedro,
840 meu filho, perguntava assim para mim: ‘Pai, hoje é amanhã?’ Porque eu sempre
841 prometia alguma coisa para ele. Eu respondia: ‘Não, filho, hoje é hoje, amanhã é
842 amanhã. Quando você dormir e acordar, vai ser amanhã.’ E aí ele acordava: ‘Pai,
843 hoje é amanhã?’ E eu não sabia mesmo como explicar o amanhã para ele. Até que
844 minha filha de 7 anos – o Pedro tinha 3 – entrou na sala e falou assim: ‘Pai, hoje é
845 amanhã, sim. Hoje é o amanhã de ontem.’ Então a gente aprende com eles o que é
846 o futuro. E se hoje é o amanhã de ontem, hoje também é o ontem de amanhã. E a
847 gente só faz hoje. Então é isso que eu queria deixar, é fazer hoje, e nós estamos
848 fazendo muito pouco, precisamos fazer mais. Concordo contigo, presidente.
849 Parabéns, obrigado.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Em primeiro lugar,
850 eu queria manifestar um grande prazer em rever você, secretário José Carlos. Foi
851 uma grata surpresa tê-lo aqui na nossa reunião. Eu queria dar os parabéns à
852 Secretaria de Meio Ambiente pelos 25 anos. Eu não tenho todo esse tempo do
853 Carlos Alberto, nosso decano aqui no COPAM, mas são dez anos como conselheiro
854 deste Conselho, tenho um grande prazer em participar deste Conselho, começando

855 pela Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, que foi a primeira
856 Câmara onde eu fui conselheiro. E queria dar parabéns tanto à sua gestão frente à
857 SEMAD quanto a gestão do secretário Germano nesses últimos anos e também por
858 todo o tempo que ele vem já atuando dentro da Secretaria de Meio Ambiente, com
859 um excelente trabalho. Queria dizer que a Federação das Indústrias do Estado de
860 Minas Gerais vem aí com a gestão do presidente Flávio Roscoe fazendo um
861 excelente trabalho para as indústrias do Estado, o desenvolvimento sustentável
862 dessas indústrias no Estado de Minas Gerais. Nós temos trabalhado para endereçar
863 a sustentabilidade dentro das indústrias, tanto é que temos vários programas no
864 Estado de Minas Gerais para isso. Eu acho que um programa muito importante, feito
865 em conjunto, trabalhado em conjunto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente
866 visando à sustentabilidade é o Programa de Fiscalização Ambiental Preventiva na
867 Indústria. Foi muito falado aqui hoje a respeito da mudança da política de comando
868 e controle para uma política mais educativa, e eu creio que a fiscalização preventiva
869 na indústria seja uma política nesse sentido. O secretário Germano, provavelmente,
870 vai ter os números, mas o que esse programa mostra é que a regularização das
871 empresas aumenta com essa fiscalização preventiva, porque dá uma oportunidade
872 de se fazer isso. Alguns programas, como o de Economia Circular nos distritos
873 industriais, Obrigações Ambientais, um evento que fazemos todo ano com as
874 indústrias do Estado em conjunto com o Ibama, em conjunto com a Secretaria de
875 Meio Ambiente, para mostrar para as empresas o que é necessário de se cumprir
876 durante o ano, para que elas tenham essa ciência. Podemos citar apoio a dois
877 grandes projetos de lei aprovados neste ano: o PL 550/2019, que trata da Política
878 Nacional de Segurança de Barragens, que a meu ver mostra a grande possibilidade
879 de se aliar uma atividade produtiva a uma política de segurança responsável, que
880 vem sendo trazida por esse projeto de lei; e o Marco Legal do Saneamento Básico,
881 que traz a possibilidade de ampliação desse tipo de prestação de serviço para todo
882 o país, aumentando a abrangência. E não podemos deixar de citar um grande apoio
883 à Deliberação Normativa 217 que o Estado fez, que a meu ver traz um grande
884 avanço para o Estado, pois traz uma diminuição de burocracia, mas sem diminuição
885 de proteção ambiental, mostra que o Estado está voltando sua política ambiental
886 para um foco em indústrias de significativo impacto ambiental e demonstrando que
887 ainda assim é possível controlar aquelas indústrias de menor impacto ambiental.
888 Então eu queria dar esse depoimento, acho que a SEMAD tem ido num caminho
889 muito bom. E um outro programa importantíssimo que eu vejo da SEMAD é o
890 Programa de Concessão de Parques. Acho que esse programa, que é feito pela
891 SEMAD em conjunto com a Secretaria de Infraestrutura, traz uma nova visão para
892 as unidades de conservação do Estado e uma possibilidade de gestão do turismo,
893 para que as nossas unidades de conservação sejam vistas de uma forma mais
894 alinhada com o turismo ambiental e geridas por instituições do setor produtivo. Então
895 eu queria somente, presidente, deixar esse depoimento e colocar a Federação das
896 Indústrias do Estado de Minas Gerais e o Conselho da Micro e Pequena Empresa à
897 disposição da Secretaria de Meio Ambiente para os programas que forem

898 necessários para a sustentabilidade do Estado de Minas Gerais.” Conselheira
899 Lidiane Carvalho de Campos: “Embora tenha ocorrido problema técnico na
900 apresentação do vídeo, na primeira tentativa foi possível ouvir nosso secretário
901 Fernando Marcato falando da parceria entre as Secretarias, parabenizando a
902 SEMAD pelos 25 anos. Mas eu também gostaria de parabenizar todos os servidores
903 da SEMAD e do Sisema como um todo, em nome dos dirigentes atuais, secretário
904 Germano, Marília, Antônio Malard e Renato, por todo empenho e dedicação no
905 trabalho desenvolvido nesses 25 anos. Eu acho que os grandes avanços,
906 principalmente na operacionalização dos sistemas e plataformas nos últimos, são
907 perceptíveis dentro do Estado e pela iniciativa privada e refletem na posição de
908 destaque de Minas em relação ao Brasil. Embora os desafios sejam enormes, os
909 avanços indicam que estamos no caminho certo. Parabéns pela história de toda a
910 SEMAD, que o senhor faz parte dessa história, como muito bem falado por todos.
911 Parabéns pelos 25 anos.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Secretário
912 José Carlos Carvalho, ministro José Carlos Carvalho, eu acho que você preferiu
913 uma brilhante aula ao falar sobre o surgimento desse sistema colegiado de
914 gerenciamento das questões ambientais. Quem ouviu teve a oportunidade de ver
915 uma reconstituição de como surgiu o sistema, e eu dou meus parabéns pelo que foi
916 falado. Com respeito à abordagem do Dr. José Carlos sobre algumas questões
917 ligadas à agropecuária, eu peço vênia para discordar de muitas das coisas. Com
918 respeito à Secretaria de Meio Ambiente, por mais de uma vez, nós já demos os
919 parabéns tanto ao secretário pelos 25 anos e, se for possível, parabenizaremos
920 também todos os outros secretários, todos os outros funcionários e os funcionários
921 atuais. E gostaria de fazer um alerta: a Secretaria de Meio Ambiente não pode cuidar
922 da política de relacionamento com o setor agropecuário apenas através de multas.
923 As multas são de valores altíssimos e em quantidades astronômicas. Nós vamos
924 ter, Dr. Germano, dentro de um ou dois anos, uma situação igual à que nós tivemos
925 em 2016: mais de 120 mil autos de infração em julgamento administrativo, em
926 julgamento judicial, em dívida ativa. E todo mundo sabe, um processo de ambiente
927 em dívida ativa, o réu, que é aquele que foi autuado, não recebe uma notificação,
928 ele recebe o oficial de Justiça para penhorar bens. Nós não estamos reclamando
929 não é porque está havendo fiscalização e multa, nós estamos reclamando é do
930 excesso de autuações. Vamos ter 120 mil autos de infração já, já, e o valor altíssimo
931 das multas. Nós fizemos da tripa coração para tentar rever o Anexo III do Decreto
932 47.383, e foi impossível. Então se nós queremos avançar com a Secretaria de Meio
933 Ambiente de Minas Gerais a relação com o setor agropecuário, que está
934 terrivelmente pressionado, a relação tem que mudar. Então nós vamos esperar
935 chegar ao final e falar que o governo do professor Zema foi o pior governo para a
936 agropecuária de todos os tempos de Minas Gerais.” Cesar Augusto Fonseca e
937 Cruz/SEMAD: “Eu só gostaria de destacar o trabalho preponderante que temos
938 desenvolvido na Subsecretaria de Fiscalização exatamente no sentido de
939 demonstrar a percepção da gestão ambiental como um todo. E nesse contexto é
940 importante destacar que o nosso trabalho não vem só com viés de repressão. O

941 cometimento de uma infração ambiental, necessariamente, necessita da sanção,
942 porque é um dever de ofício do agente fiscal. E nesse exercício da sua ação ele não
943 pode se omitir da aplicação dessa sanção administrativa. Nesse contexto evolutivo,
944 é importante destacar também o próprio Decreto 47.838, que veio trazer questões
945 diferenciadas para o setor agrícola, para o setor da agropecuária, exatamente em
946 função das peculiaridades que esse setor tem. Ainda nesse contexto, a atual gestão
947 trabalha também com o contexto da fiscalização ambiental preventiva e vem
948 lançando e já estamos em fase de execução da fiscalização ambiental preventiva
949 na agricultura. Dentro da pauta deste evento, inclusive, vai ter uma apresentação
950 sobre os avanços do setor de fiscalização. E nesse contexto da fiscalização
951 ambiental preventiva a gente vem desenvolvendo uma abordagem diferenciada e
952 contextualizada com o setor agropecuário, exatamente para que a gente reveja essa
953 roupagem ou essa percepção de roupagem que eventualmente o setor possa ter,
954 mas a ideia da Subsecretaria e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente é
955 exatamente se aproximar do setor agrícola, atuar como indutor da regularização
956 ambiental, sem necessariamente deixar de exercer o seu papel de fiscalização.
957 Então a gente vem no contexto, o nosso projeto pioneiro da Fapa ocorre com o setor
958 de produção de polvilho no Sul de Minas Gerais, mas é um projeto que está
959 ocorrendo em caráter piloto com uma roupagem toda especial que está sendo feita
960 dentro do contexto da Subsecretaria de Fiscalização, com todo o carinho sendo
961 desenvolvido esse trabalho, e onde pretendemos construir um trabalho diferenciado,
962 assim como o trabalho diferenciado que é a Fapi, que dentro do contexto da Fapi
963 hoje já temos de todos os empreendimentos um índice de infração inferior a 4%. E
964 o nosso contexto é objetivar, fazer um trabalho diferenciado com o setor
965 agropecuário dentro da Fapa e chegar a uma aproximação do setor como indutor
966 de regularização ambiental, usando a fiscalização como ferramenta para alcançar a
967 regularização ambiental e o desenvolvimento sustentável, usando para isso
968 metodologias diferenciadas, com a interlocução junto com a Emater, a academia e
969 outras entidades para que consigamos obter o melhor produto possível. Então é
970 importante destacar as ações da Secretaria de Meio Ambiente, inclusive nas ações
971 de fiscalização, e os avanços que temos tentado conduzir e estamos trabalhando
972 para conduzir. Não paramos por aí, muito temos a avançar, e o nosso papel não é,
973 de forma alguma, ser indústria de multa, mas, sim, ferramenta indutora de
974 desenvolvimento sustentável e ações necessárias para que consigamos fazer esse
975 trabalho.” Presidente José Carlos Carvalho: “Eu só gostaria de dizer ao meu amigo

976 – mais amigo do que conselheiro – Carlos Alberto, companheiro de jornadas de
977 longo tempo. Para compreender o que comentei antes, eu aproveito o seu
978 comentário para mencionar. Não há nada mais suspeito do que opinião de ex. Então,
979 quando eu faço os meus comentários, na verdade, eu estou fazendo autocrítica. O
980 ex não pode fazer crítica, o ex tem que fazer autocrítica. E é nesse sentido que eu
981 fiz a minha apresentação quando falei da necessidade de um segundo ciclo de
982 políticas ambientais para que as especificidades de cada setor possam ser
983 consideradas. Mas você vai convir comigo, eu tenho certeza de que você não

984 concordaria com um proprietário rural arando um morro com inclinação de mais de
985 30 graus. Não é para o meio ambiente, você iria lá falar com ele que o patrimônio
986 dele estava sendo depredado. Então eu acho que você representa, legitimamente,
987 os interesses de um setor. Eu conheço o trabalho que o Senar vem fazendo, acho
988 extraordinário. Acho que o trabalho do Senar pode mudar completamente o modelo
989 de produção. Porque na verdade o que leva às multas não posso discutir aqui se
990 são excessivas ou não, mas a verdade é porque nós ainda temos um modelo de
991 produção agropecuária predatório. E se for continuar só baseado em comando e
992 controle, fiscalizando e fiscalizando, isso que você falou aqui você vai falar daqui a
993 25 anos. Nós precisamos é de criar mecanismos para estimular uma agricultura
994 sustentável, dar condições à agricultura. E com relação à regularização, por
995 exemplo, ambiental da propriedade, eu vou defender abertamente, mesmo para ser
996 criticado, que com o surgimento do PRA eu acho que o PRA deve ser a licença
997 ambiental da propriedade. A partir do momento em que o PRA de uma propriedade
998 estiver aprovado, eu não vejo necessidade de aquele proprietário pedir uma licença
999 para estar regular. Porque se uma coisa chama regularização ambiental, Programa
1000 de Regularização Ambiental, eu aprovo o programa, e ainda assim depois vão pedir
1001 uma licença para o cara fazer aquilo que ele previu, que está no programa dele? Eu
1002 acho que tem muitas coisas que podem melhorar mudando o modelo de gestão.
1003 Mas, infelizmente, se não mudar o modelo de gestão, o próprio modelo de produção,
1004 o modo de produção, esses problemas vão continuar existindo, infelizmente."

1005 Conselheira Maria Dulce Ricas: "Nunca deixa de me surpreender como se posiciona
1006 a Faemg em relação às questões ambientais do setor agropecuário. Eu quero dizer
1007 ao Carlos Alberto que não existe quem conheça também mais do que eu área rural,
1008 quem conheça a quantidade de nascentes degradadas, quem drenou as lagoas, as
1009 áreas desmatadas, foi o setor agropecuário. Quem foi apontado pelo IBGE como o
1010 maior responsável pelo desmatamento no país foi o setor agropecuário. A realidade
1011 está aí. Eu concordo plenamente que essa questão de controle não é a solução,
1012 mas há atividades agrícolas e sociais que realmente mudam o caráter predatório da
1013 agropecuária. Não há crédito, não há ajuda, não há uma política nesse sentido, mas
1014 é realmente crítico e se torna insustentável... E há justamente a irresponsabilidade
1015 do setor agropecuário no que se refere ao uso do solo. O José Carlos citou aração
1016 morro abaixo, é uma prática realmente... Essa discussão de valores de multas cabe
1017 a toda a sociedade e a sociedade quer fazer essa discussão." Conselheiro Pedro
1018 D'Angelo Ribeiro: "É importante registrar, neste momento dos 25 anos da SEMAD,
1019 o quanto o trabalho de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental avançou
1020 de lá até aqui, o quanto temos avançado no desenvolvimento de normativo de
1021 qualidade que atendam aos anseios da sociedade. Na psicanálise, costuma-se dizer
1022 que o atrito com a realidade é uma fonte de conhecimento e de melhora. Então nós
1023 entendemos que no momento de se fazer política esse atrito é mais do que
1024 necessário, precisamos de fato discutir, divergir, levantar as pautas, porque assim
1025 se constrói, num movimento democrático, a melhoria para se buscar um ambiente
1026 melhor. Eu acredito que o COPAM, principalmente, e o Conselho Estadual de

1027 Recursos Hídricos são palcos democráticos que permitem a manifestação dos mais
1028 diversos setores, inclusive, por meio do voto – e do voto até muitas vezes em forma
1029 de protesto –, que pode permitir que as pessoas se manifestem e participem de
1030 forma colegiada das decisões. Eu queria deixar aqui os parabéns também, na
1031 pessoa do secretário Germano, e dizer que o que eu mais admiro nos dirigentes e
1032 nos membros dos órgãos ambientais, de forma bem figurativa, é a casca grossa
1033 desenvolvida, a paciência que os dirigentes têm para lidar com essa situação, para
1034 buscar sempre um consenso, buscar sempre aquilo que atenda de fato aos anseios
1035 da sociedade, da proteção ao meio ambiente, da conservação dos biomas em busca
1036 do desenvolvimento sustentável. E quero frisar a parceria que temos tentado
1037 desenvolver neste governo em relação ao setor rural, em relação à Seapa, toda a
1038 abertura que nos oferece, que sempre foi oferecida para nós, desde que
1039 começamos a atuar, de fato, nessa área, para desenvolver, em conjunto, normativos
1040 que atendam ao setor. Não só isso. Como citou o Cesar, o Decreto 47.838 foi o
1041 marco, porque diferenciou, de fato, a questão das infrações do setor rural para os
1042 outros setores, ressaltando a diferença que de fato existe entre o produtor rural,
1043 entre as atividades agropecuárias e as demais atividades. Não só isso, com trouxe
1044 também o retorno da denúncia espontânea, que é a possibilidade daquele
1045 empreendedor que de fato busca a regularização de se regularizar. Isso é um marco
1046 normativo, mas além disso é um marco de intersecção entre os dois setores. E eu
1047 acredito que essa cooperação tende a avançar ainda mais com a publicação do
1048 PRA, o Programa de Regularização Ambiental, que, apesar desse nome,
1049 entendemos que muitas vezes abarca só a regularização florestal, mas é um passo
1050 muito grande por ser autodeclaratório, por delegar ao produtor essa confiança e
1051 essa responsabilidade, de fato, de realizar a recomposição necessária, realizar o
1052 que é de fato necessário para se regularizar ambientalmente. Considerando isso
1053 tudo, sabemos que é muito difícil, às vezes, lidar com essas intercorrências, lidar
1054 com as diferenças, e novamente elogio a capacidade de diálogo dos membros do
1055 Sisema, em especial da SEMAD, em especial do secretário Germano. Nós sabemos
1056 também que paciência tem limite, nem sempre é possível manter a linha, mas eu
1057 elogio muito a capacidade do secretário Germano e estendo a todos os dirigentes.
1058 Eu sei da importância dos órgãos ambientais. E reitero a nossa disposição, a
1059 disposição da Secretaria de Agricultura, em trabalhar em conjunto para construir, de
1060 fato, um ambiente de desenvolvimento sustentável do setor rural e, extensivamente,
1061 dos demais setores.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Doutor José
1062 Carlos, no momento em que eu discordei de algumas informações que o senhor
1063 tinha dado, o que a Maria Dalce repetiu, eu pedi uma data vênia bem enfática. Eu
1064 não tenho notícia de que nós estamos arando morro abaixo e morro acima. O
1065 Crédito Rural, feito hoje pelo Banco do Brasil, tem um acompanhamento muito
1066 adequado no que diz respeito às questões ambientais. Talvez estejamos
1067 trabalhando com realidades diferentes, mas o Banco do Brasil e o BNDES também
1068 têm uma visão muito positiva dessa questão ambiental. Uma questão que a Dra.
1069 Maria Dalce colocou é que o IBGE debita ao proprietário rural grande parte das

1070 mazelas do meio ambiente, e eu vou dizer que a Embrapa fala que se existe
1071 preservação natural no Brasil ela é devida ao proprietário rural. Não que o IBGE não
1072 seja um órgão de respeito, mas entre o IBGE e a Embrapa, que trabalha exatamente
1073 com a questão ambiental, eu fico com a Embrapa, que dá ao produtor rural brasileiro
1074 os louros pela conservação. E para você, Cezar, o que eu gostaria de dizer é que
1075 eu não disse, definitivamente, que o ato infracional não tenha que ser punido. O que
1076 eu disse é da multiplicidade de atos infracionais, que hoje é possível devido a esse
1077 sistema virtual, através da internet, através do computador. E o pior, apesar da
1078 multiplicidade de atos infracionais, que tem lá no Anexo III do Decreto, é o valor das
1079 multas. O valor das multas é impagável. Eu tenho para mim que a Secretaria de
1080 Meio Ambiente, daqui a uns dois, três anos, vai pagar um mico muito grande, porque
1081 teria R\$ 1 bilhão para receber de multa do setor rural e vai receber nada ou muito
1082 pouco. O Decreto 47.838 não trouxe os resultados esperados pela comunidade
1083 ambiental a respeito das multas, ele não trouxe essa garantia de que a existência
1084 desse decreto ia reduzir o valor das multas ou adequar ou seja lá o que for. O que
1085 de bom ele trouxe, sim, foi a denúncia espontânea, que foi regulamentada também."

1086 **6) LANÇAMENTO DO IV PRÊMIO DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS DO
1087 SISEMA.** Apresentação: Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento
1088 (Suges/SEMAD). Item retirado de pauta pela SEMAD. **7) AÇÕES DE PREVENÇÃO
1089 E COMBATE A INCÊNDIOS.** Apresentação: Instituto Estadual de Florestas
1090 (IEF). Antônio Augusto Melo Malard/IEF fez apresentação das ações de prevenção
1091 e combate a incêndios realizadas no Estado de Minas Gerais. O conteúdo da
1092 exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro Licínio
1093 Eustáquio Mol Xavier: "Tão logo vocês disponibilizaram os cartazes, de imediato, o
1094 meu departamento da Associação Mineira de Municípios, acionou os 853 municípios
1095 mineiros. Ou seja, nós também fazemos a campanha e inserimos a AMM na
1096 campanha contra incêndios em Minas Gerais. Agora, outro detalhe importante:
1097 quem acompanha os noticiários da Rede Globo, os números não batem com o que
1098 você apresentou. Os seus são confiáveis para mim, mas estão dizendo que o Estado
1099 está todo pegando fogo. Se fizermos o retrospecto de ontem para trás, terça e
1100 segunda-feira, o Estado está em fogo, e, no entanto, os números não batem bem
1101 com o que você disse. Mas, tudo bem, só para dizer, reafirmando, a AMM, através
1102 do setor de meio ambiente, divulgou para os 853 municípios os seus folderes e fez
1103 divulgação para os prefeitos também dessa campanha no Estado." Antônio Augusto
1104 Melo Malard/IEF: "Agradeço a parceria, a colaboração, sempre, também da AMM.
1105 Sempre que solicitado, vocês nos ajudam também. É importante essa divulgação
1106 para os municípios, que têm um papel também significativo nas ações de prevenção.
1107 Em relação aos números, é importante frisar que o IEF atua nas unidades de
1108 conservação e no seu entorno. Então esses números que eu passei relatam essa
1109 realidade. Eu não sei qual é o número que foi colocado na mídia, mas talvez seja de
1110 todos incêndios. Em relação aos incêndios florestais, esses são os dados mais
1111 confiáveis, mais atualizados, inclusive, são os dados que nós passamos para a
1112 mídia. Mas é importante frisar também que, quando eu falo que a situação está

melhor do que o ano passado, não significa que a situação está boa. Situação boa é não ter incêndio. Porque incêndio só acontece com ação antrópica, então precisamos cada vez mais trabalhar na prevenção, na conscientização e sempre lembrar que incêndio é crime, é passível de detenção de dois a quatro anos.”

Conselheiro Mário Ferreira Campos Filho: “Você citou algumas iniciativas, e eu gostaria só de trazer mais alguns detalhes. Eu estou aqui representando a Fiemg, onde nós temos produtores de cana-de-açúcar, do processo de cana-de-açúcar e também do setor de silvicultura. E tivemos duas iniciativas muito interessantes desses segmentos, tanto do Siamig, do qual sou presidente. Nós fizemos dois tipos de ações muito efetivas. Eu gostaria de agradecer e parabenizar o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Nós fizemos um vídeo para o Corpo de Bombeiro, que conseguiu veicular na TV Integração, que pega boa parte da região do Triângulo Mineiro, que é a Globo regional do Triângulo e Alto Paranaíba. São mais de 120 municípios. Ação de conscientização contra os incêndios. É uma iniciativa interessante que pode ser replicada nos próximos anos nas demais regiões. Inclusive, eu queria ressaltar que foi totalmente gratuito, o espaço cedido pela TV Integração a essa campanha de conscientização. Além disso, nós colocamos um recurso grande em redes sociais para conscientizar as pessoas, as comunidades, dos perigos que tem, infelizmente. E infelizmente precisamos ressaltar que tem muita gente ainda que gosta de colocar fogo, principalmente nesse período, e nós temos que ficar muito atento. As empresas, principalmente do setor sucroenergético, têm hoje uma capacidade de combate muito grande, parcerias com o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Nós fazemos isso. O fogo é prejuízo para esse segmento. Todos sabem do esforço que foi feito nos últimos anos para eliminação da queima da palha, a mecanização, e dessa forma eliminar a queima em Minas Gerais. E a outra ação que nós fizemos foi capacitar os nossos colaboradores e fornecedores de cana, e aí eu gostaria de parabenizar o Sistema Faemg, através do Senar. Junto com o Corpo de Bombeiros, nós conseguimos fazer um curso muito bom, muito interessante, que vai poder ser replicado para várias outras regiões, no futuro. Curso online, feito de uma forma muito rápida, em que os professores são os próprios bombeiros. E nós conseguimos capacitar 700 colaboradores das usinas para que consigamos não só fazer a questão da conscientização e nos precavermos com relação aos incêndios, mas também, quando ele ocorrer, termos uma condição de combatê-lo e terminar e acabar com ele o mais rápido possível e da forma mais eficiente. E aí parabenizando, Malard, o seu trabalho de coordenação, ressaltar também o grande trabalho que o Enio, no Ibama, tem feito. O Enio, desde o mês de maio, tem ligado para várias instituições fazendo a promoção, ‘façam a iniciativa de marketing’, para que possamos realmente reduzir esses incêndios, conscientizar as comunidades, as pessoas dos municípios. E nós mobilizamos, fizemos campanha no Siamig, a Amif fez campanha, a Fiemg fez campanha, sempre em parceria com o Estado de Minas Gerais, através do IEF. Se vai ter resultado positivo ou não, nós vamos ter que esperar essa safra do fogo terminar, mas sem dúvida alguma nós tentamos fazer algo diferente neste ano, e eu espero que tenhamos resultado

1156 positivo." Conselheira Maria Dalce Ricas: "Primeiro, realmente ratificar que houve
1157 uma melhora substancial no combate aos incêndios em Minas Gerais,
1158 principalmente no combate. Mas quando se fala em ampliar o número de parceiros
1159 isso é fundamental, porque temos que olhar as causas dos incêndios. Então nós
1160 temos que atacar as causas. E outra coisa é a falta de regularização fundiária de
1161 unidade de conservação. Na serra do Cabral, todo ano é a mesma catástrofe, o
1162 pessoal bota fogo. Esses fatores têm que ser atacados. Em unidades de
1163 conservação, como o Rola-Moça, o fogo sempre começa, infelizmente, nessas
1164 áreas. Como disse o Malard, são poucos casos que são causas ditas naturais. Vai
1165 chegando outubro, e começamos a ficar apavorados com os fogos de artifício, que
1166 também são responsáveis por grandes focos de incêndios. Então Dnit, DEER,
1167 Polícia Rodoviária, Secretaria de Agricultura e Emater têm que entrar nesse
1168 esquema, realmente, se unirem à SEMAD e ao IEF para prevenção. Política
1169 ambiental não é só com a SEMAD." Antônio Augusto Melo Malard/IEF: "Como eu
1170 disse na minha fala, nós estamos já fazendo as articulações para trazer outros
1171 atores para dentro da força-tarefa. Sem sombra de dúvidas, tem outras Secretarias
1172 com grande interface nessa temática. E podemos acrescentar também a Secretaria
1173 de Educação, entre algumas outras. É importante esse engajamento de todos para
1174 que tenhamos um alcance maior e trabalhemos mais na prevenção. Ontem, eu
1175 cheguei a mencionar na live que fizemos que o Estado de Minas Gerais e no país a
1176 gente acaba utilizando a maior parte dos nossos recursos para as ações de combate
1177 a incêndio, sendo que em países desenvolvidos, como o Japão, essa lógica é
1178 completamente inversa. Só para exemplificar, no Japão, 98% dos recursos
1179 financeiros são utilizados para ações de prevenção. Por isso são tão importantes
1180 essas campanhas, tão importantes as ações e as parcerias da sociedade civil, do
1181 setor produtivo, de órgãos públicos, para que a gente evite os incêndios. Porque
1182 apagar os incêndios, controlar, debelar, é muito mais difícil, e isso tem todo o
1183 impacto, principalmente para a nossa fauna, que vem sofrendo. Não só Minas
1184 Gerais, mas o país como um todo." Conselheiro Luís Antônio Coimbra Borges:
1185 "Obrigado pela apresentação e pelos esclarecimentos. Eu só tenho um
1186 questionamento para o IEF, a respeito de qual o posicionamento do IEF a respeito
1187 da queima controlada em unidades de conservação que têm como característica
1188 espécies ecológicas que estão associadas evolutivamente à ocorrência de fogo.
1189 Existe alguma pesquisa, alguma unidade demonstrativa em que o IEF esteja
1190 utilizando a queima controlada em unidade de conservação no Estado?" Antônio
1191 Augusto Melo Malard/IEF: "Nós publicamos, recentemente, um decreto e, em
1192 seguida, uma Portaria que regulamenta o manejo integrado do fogo nas nossas
1193 unidades de conservação. Esse trabalho vem iniciando agora, e claro que baseado
1194 na realidade de cada unidade de conservação, baseado nas pesquisas que já foram
1195 realizadas nessa unidade. E claro também que considerando toda a riqueza
1196 ambiental existente nessas unidades. Então o caso a caso é avaliado. O ICMBio já
1197 utiliza essas técnicas há pouco mais tempo, e agora nós iniciamos essas práticas.
1198 Mas sempre baseado em estudos já existentes do ponto de vista ecológico e nas

1199 práticas também de controle de utilização desse fogo, para que também não se
 1200 tenha um efeito pior. Porque alguns até são contrários à utilização dessa técnica,
 1201 porque existe o risco de perda de um controle e de algo que deveria ser uma
 1202 prevenção se tornar um incêndio florestal. Entretanto, as práticas demonstram que
 1203 isso acontece em número muito baixo e que os resultados positivos são bem mais
 1204 significativos. Então a equipe sempre trabalha baseada em estudos e em dados
 1205 técnicos." Conselheiro Luís Antônio Coimbra Borges: "Tem alguma unidade
 1206 demonstrativa em que esteja sendo implementado em Minas?" Antônio Augusto
Melo Malard/IEF: "Ainda não, porque não está no período. Nós publicamos o
 1207 decreto, se não me engano, no mês de junho, e a portaria deve ter sido no mês de
 1208 julho. Então não é o período mais apropriado para utilizar essas técnicas. Chegando
 1209 o período chuvoso, provavelmente em dezembro, janeiro, nós vamos começar a
 1210 utilizar o manejo integrado do fogo." Conselheiro Luís Antônio Coimbra Borges: "Ao
 1211 mesmo tempo, o próprio uso controlado, a queima controlada, isso pode evitar que
 1212 ocorram os incêndios. Então nós temos que avançar muito nisso." **8) MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.**

Apresentação: Subsecretaria de Fiscalização Ambiental (Sufis/SEMAD). Flávio
 1215 Augusto Aquino/SEMAD fez apresentação sobre a modernização do processo de
 1216 fiscalização ambiental no Estado de Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi
 1217 disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheira Maria Dalce Ricas:
 1218 "Eu queria fazer primeiro uma pergunta. Se a resposta for não, se transforma em
 1219 sugestão. Fazer um quadro comparativo dos autos de infração aplicados. Eu
 1220 gostaria de saber qual é a natureza das infrações, o percentual para cada atividade.
 1221 Será que seria possível?" Flávio Augusto Aquino/SEMAD: "Isso é possível, sim. Até
 1222 como forma de fazer uma propaganda aqui, anualmente, nos elaboramos um
 1223 relatório de atividade da fiscalização e apresentamos no nosso site, na aba da
 1224 Fiscalização. E dentro desse relatório trazemos essa informação de uma forma até
 1225 mais ampla, em relação a todas as fiscalizações realizadas naquele ano. Tem essa
 1226 possibilidade, mas, se for deliberado dessa forma, nós podemos trazer isso também
 1227 na próxima reunião, sem dificuldade." Conselheira Maria Dalce Ricas: "Você passou
 1228 os slides, e me parece que existem duas fiscalizações no Norte de Minas, uma
 1229 região altamente pressionada pelo desmatamento da Mata Seca. Qual é o
 1230 parâmetro de prioridade para que essas fiscalizações sejam feitas? E quanto às
 1231 fiscalizações da suinocultura?" Flávio Augusto Aquino/SEMAD: "Em relação à
 1232 suinocultura, eles criaram os sistemas de tratamento, as lagoas facultativas, enfim,
 1233 e após esse tratamento do efluente eles utilizam o efluente que sai do sistema de
 1234 controle para fazer fertirrigação dos plantios de milho, por exemplo, que eles utilizam
 1235 também para produzir ração. Então fechou um ciclo do empreendimento. E aí
 1236 reforça esse ponto que você colocou, de que a fiscalização está induzindo não só a
 1237 regularidade ambiental, mas, sim, a sustentabilidade do negócio também. A outra
 1238 pergunta que você fez, eu acho que você está falando do mapa que eu apresentei,
 1239 que tinha na apresentação. Naquele mapa não eram duas fiscalizações, eram dois
 1240 aparelhos disponíveis na região Norte para fiscalização." Conselheira Maria Dalce

1242 Ricas: “Sobre aquela sugestão, eu precisava saber, por exemplo, qual o percentual
1243 de autuações no setor de ferro gusa, que nós esperamos que tenha mudado, mas
1244 que historicamente foi o grande responsável pelo desmatamento do Cerrado no
1245 Estado. Então nós tememos que ações que são insustentáveis persistam em voltar
1246 com essa prática com carvão de origem nativa. É por isso que eu fico curiosa sobre
1247 qual é a natureza dos autos de infração que são aplicados.” Flávio Augusto
1248 Aquino/SEMAP: “Perfeitamente, se assim deliberado, nós traremos na próxima
1249 reunião, sem problemas.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Pode trazer
1250 então na próxima reunião uma breve apresentação sobre o assunto.” Conselheiro
1251 Luís Antônio Coimbra Borges: “Flávio, parabéns pela sua apresentação. É isso que
1252 estamos esperando, é isso que, como conselheiro, estou esperando aqui ao
1253 participar do COPAM, é buscar soluções que possam trazer, com essa fiscalização
1254 preventiva, uma orientação também para o empreendedor, o protocolo que ele tem
1255 que seguir para buscar a regularização ambiental. Não o objetivo de entrar apenas
1256 para punir, mas entrar também com o trabalho de inteligência, que é o que vocês
1257 estão fazendo. Esse trabalho de inteligência para buscar onde estão os pontos no
1258 Estado que têm maiores gargalos, as maiores dificuldades, para o órgão ambiental
1259 atacar, buscando criação de centros de referência para poder orientar um trabalho
1260 de fiscalização que seja mais efetivo para, na verdade, não punir, mas buscar a
1261 excelência das empresas na sua gestão ambiental sustentável, na exploração
1262 sustentável dos recursos. Então eu vejo isso como um trabalho espetacular que vem
1263 sendo feito por vocês. E aqui como professor eu fico com a cabeça cheia de ideias
1264 para poder contribuir um pouco mais com esse trabalho de vocês e gostaria de poder
1265 conhecer um pouco mais para poder discutir aqui, junto com os outros conselheiros
1266 no COPAM, e devolver essa estratégia que vocês estão construindo e que funciona
1267 tão bem, e que possa ser desenvolvido em outras regiões do Estado de Minas. Em
1268 Pouso Alegre, com as indústrias da região, no Triângulo Mineiro, com as indústrias,
1269 no Quadrilátero Ferrífero, com a mineração, e que o órgão possa ser capilarizado
1270 de acordo com as empresas que existem nas diversas regiões do Estado. E aí
1271 podemos fazer um trabalho de inteligência e buscar o desenvolvimento sustentável
1272 do nosso Estado. Eu queria só chamar atenção para isso e parabenizar, mais uma
1273 vez, a SEMAD, que nos seus 25 anos tem um timaço que está colaborando para o
1274 engrandecimento do nosso Estado.” Flávio Augusto Aquino/SEMAP: “Eu queria, em
1275 nome de toda a equipe, agradecer muito em relação a isso. Eu acho que nós não
1276 estamos aqui fazendo um trabalho sozinho. E antecipar, por exemplo, se você quiser
1277 conhecer um pouco mais do projeto da suinocultura, nós publicamos artigos,
1278 inclusive, que saíram em revistas internacionais, que podem já dar uma luz para
1279 você em relação a isso. O secretário Germano falou no início, na abertura, da
1280 continuidade do trabalho, do quanto importante é todo mundo que veio antes para o
1281 que você está fazendo hoje. E aqui fazer um particular agradecimento para a Marília,
1282 porque ela foi a nossa grande líder naquele momento, e hoje só estamos colhendo
1283 esses frutos aqui por causa do que foi iniciado naquela época. Era basicamente
1284 agradecer e também dizer que nós estamos aqui à disposição para conversar um

1285 pouco mais, se quiser uma agenda fora do COPAM, nós podemos fazer também,
1286 conversar abertamente. Pode ficar à vontade para utilizar essa informação aqui
1287 mesmo." Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: "Eu queria dar parabéns para a
1288 equipe e só frisar também a importância desse trabalho de vocês como
1289 consequência nas discussões e soluções dos problemas enfrentados na CNR, do
1290 COPAM. A segurança das informações, a legibilidade dessas informações, vai
1291 trazer uma solução muito grande para as nossas discussões na CNR. Então era só
1292 frisar também e relacionar todo o trabalho da equipe. Parabéns, mais uma vez."
1293 Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: "Hoje realmente foi uma reunião
1294 diferenciada, como disse o secretário Germano, na abertura, com a possibilidade de
1295 que o secretário José Carlos, um decano, que esteve à frente de toda essa
1296 montagem inicial, participando na condução, e uma apresentação muito rica das
1297 atividades dos órgãos que compõem a Secretaria nesses 25 anos, mostrando então
1298 o trabalho. E eu queria só fazer um registro do CAR, e poderia ter sido em qualquer
1299 uma das falas que foram feitas. Eu peguei este momento da Fiscalização para fazer
1300 um registro e estou fazendo esse registro em nome da instituição que represento
1301 aqui dentro do COPAM, neste momento, o Ministério do Meio Ambiente, na Câmara
1302 Normativa, na Câmara de Mineração e no Ibama. E o registro é o seguinte. A
1303 Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais e os seus órgãos são hoje
1304 uma referência nacional de eficiência, de melhoria contínua, em todas as atividades
1305 que são de responsabilidade da Secretaria. O Ibama é parceiro de muitas dessas
1306 atividades. Podemos falar da atividade da fiscalização, com a inteligência, com os
1307 fiscais, em trabalhos que acontecem de maneira sinérgica; a questão da fauna, a
1308 questão do cadastro e registro daqueles que se obrigam a essa conformidade; e um
1309 mundo de outras atividades. E a tecnologia vem sendo incorporada por vocês de
1310 uma maneira recorrente, de uma maneira contínua, fazendo com que os processos
1311 ganhem dinamismo, não percam a confiabilidade e a qualidade. E isso é muito bom
1312 para o usuário do Estado de Minas Gerais. Então a Secretaria está de parabéns, e
1313 vocês, dirigentes, os colegas que são responsáveis pelos trabalhos nos mais
1314 longínquos rincões onde os órgãos estão presentes também estão de parabéns. É
1315 apenas esse registro. Eu aproveitei este momento da Fiscalização para pontuar
1316 essa questão, mas vale um elogio, vale um cumprimento para a Secretaria em nome
1317 de todos os trabalhos que vocês vêm desenvolvendo." **9) PROPOSTA DE**
1318 **REINSTITUIÇÃO DO FÓRUM MINEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.**
1319 **APRESENTAÇÃO:** Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Larissa
1320 Assunção Oliveira Santos/FEAM fez apresentação da proposta de reinstituição do
1321 Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas, com a denominação de Fórum Mineiro de
1322 Energia e Mudanças Climáticas. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site
1323 da SEMAD. Manifestações. Renato Teixeira Brandão/FEAM: "Eu vou explicar aqui
1324 também um pouco do objetivo e por que trouxemos esse assunto à plenária. Todo
1325 mundo entende a importância, e eu já vi que alguns conselheiros já se manifestaram
1326 sobre esse assunto. Mas, além de fazer o que a Larissa fez, de forma muito bem
1327 encaminhada, que é apresentar os trabalhos que o Estado vem fazendo com relação

à questão das mudanças climáticas, também apresentar para os conselheiros quais são as perspectivas que nós temos com relação a essa discussão, a essa interação. E queria registrar também que nós fizemos algumas discussões com algumas secretarias e alguns órgãos, mas precisamos ainda dar um andamento desse decreto junto ao governo. Nós fizemos algumas conversas com a própria vice-governadoria, com a Seapa e a Sede, mas estamos também abertos a outras discussões com todos os atores colocados. Essa é a dinâmica que queríamos colocar, e apresentar para os conselheiros os próximos passos que o Estado pretende trabalhar com a questão de mudanças climáticas dessa forma mais integrada." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "No início da nossa reunião, eu pedi para falar. Eu tinha um texto em torno de 14 páginas, mas só li quatro. E uma parte do que eu ia falar era sobre matriz energética. Então eu gostaria de ler aquele pedaço, de menos de uma página, sobre essa questão da matriz energética, que faz parte do meu texto. Antes de mais nada, cumprimentar a Larissa. Que bom que vocês estão pensando dessa forma. Mas agora a minha fala. 'Temos que mudar a nossa matriz energética com mais velocidade, nada justifica fazer novas hidrelétricas, se podemos usar os espelhos d'água das represas existentes para colocar painéis fotovoltaicos flutuantes, solução certamente mais barata, menos prejudicial à economia pública e com menos impactos sociais e ambientais. Um exemplo claro: a Usina Hidrelétrica de Formoso irá gerar 306 mw e provocar perdas para a economia pública, para a sociedade, para o meio ambiente. Se usarmos aproximadamente 300 hectares de placas fotovoltaicas, geraremos a mesma quantidade de energia de forma mais barata, certamente, com menos impacto para a sociedade e para o meio ambiente. Essas placas podem ser flutuantes e ocupar parte do espelho d'água. Por exemplo, o de Três Marias. O lago de Três Marias, daquela hidrelétrica, tem 1.040 km². Para gerar a energia de Formoso, nós necessitamos de 3 a 4 km² do seu espelho d'água, menos de 0,5% da área desse espelho d'água, considerando um bom espaçamento de forma a manter iluminadas as suas águas mais profundas. As usinas que estão sendo implantadas no rio Aiuruoca são lamentáveis. Poderíamos estar usando outros espelhos d'água, como o de Furnas, que aliás tem 1.440 km² de espelho d'água e que nós iremos usar 4 ou 5 km² para poder substituir essas usinas do Aiuruoca, sem deixar os impactos que essas usinas irão provocar. Eu acho que esse é um assunto urgente e nós temos que criar algumas regras a respeito disso. A energia fotovoltaica já está aí e de forma barata. A outra é a mudança de matriz energética nos transportes públicos. Uma cidade como Belo Horizonte, com o nível de poluição em função da matriz energética dos transportes urbanos, o que é mais do que os transportes públicos, faz perder até 3,2 anos de expectativa de vida só pela poluição do ar. São dados da UITP. Podemos começar essa mudança na matriz energética de transportes urbanos pelos transportes públicos. É viável, essa experiência existe fora daqui. O grande problema é que todo mundo continua a fazer as contas pelo prazo de vida útil de um ônibus de sete anos, pelo prazo de seu financiamento. Enquanto que no caso do ônibus elétrico ele dura 25, 30 anos. Vocês podem ir a Quito, por exemplo, aqui

1371 perto, e vão ver que os trólebus, os ônibus elétricos de Quito estão rodando há mais
1372 de 30 anos. Essas mudanças na matriz energética são urgentes e impactam
1373 também a questão da crise climática. Era isso, muito obrigado e parabéns pela
1374 iniciativa nessa questão de energia e mudança climática.” Presidente Antônio
1375 Augusto Melo Malard: “Em relação à energia fotovoltaica, eu quero dizer que o
1376 próprio governador carrega essa bandeira e incentiva a implantação de usinas de
1377 geração de energia fotovoltaica, está sempre falando isso. E, claro, também o
1378 Sisema, a SEMAD incentiva, porque entende a importância desse tipo de
1379 empreendimento e com certeza os benefícios que esse tipo de atividade exerce
1380 sobre o meio ambiente. Então bandeira não só do Sisema, mas do governo de Minas
1381 Gerais.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu comprehendo. Eu estava falando
1382 da velocidade da mudança dessa matriz energética. Porque nós estamos aí agora
1383 para implantar Formoso, que é uma solução, tecnicamente, absolutamente
1384 desnecessária, e duas intervenções no rio Aiuruoca, que são também
1385 desnecessárias. Porque poderíamos estar usando os espelhos d’água de Furnas e
1386 Três Marias para cada um desses dois casos. Quer dizer, exige do Estado que ele
1387 tenha um certo dinamismo, que adquira um certo protagonismo nessa mudança.
1388 Não é assim: ‘Oh, vai ter Formoso’. ‘Então tá’. Não pode ser assim. Estão acabando
1389 com o rio Aiuruoca. ‘Então tá, tudo bem.’ Gente, nós temos que mudar isso, e a
1390 velocidade de mudança é importante para nós. Nós temos que começar. Talvez
1391 mudando a matriz tributária a gente melhore ainda mais a questão da matriz
1392 energética. Por exemplo, eu fiz aqui na minha casa, sem nenhum esforço de
1393 ninguém, e vou pagar toda a energia fotovoltaica em 4,6 anos, toda energia que eu
1394 gasto na minha casa, com valor aproximado do valor da minha conta de energia.
1395 Quer dizer, inclusive esse estímulo à geração da fotovoltaica em casa deveria partir
1396 do governo. Eu acho que está faltando velocidade. Sabe aquela velocidade que a
1397 SEMAD ficou de parabéns para poder reduzir os prazos dos processos? Aí, Malard,
1398 novamente, a SEMAD não usa essa mesma velocidade, por exemplo, para criar os
1399 corredores, para poder trabalhar a questão da mudança da matriz energética. É uma
1400 questão de velocidade e de empenho. A crise que está aí está avançando muito
1401 rapidamente, não só a crise climática, mas a nossa crise hídrica também. Estão
1402 avançando muito rapidamente, e nós temos respondido com uma velocidade desses
1403 25 anos. Nós temos que adquirir uma nova velocidade para reagir a essas
1404 necessidades. Eu acho ótimo, Larissa, o trabalho que vocês estão fazendo, bacana
1405 demais. Eu gostaria, inclusive, e vou ver se consigo participar desse fórum de
1406 discussão de políticas climáticas. De qualquer forma, fica a minha contribuição.”
1407 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Sem entrar em debate nenhum, só
1408 lembrando, claro, que qualquer empreendimento tem sua viabilidade atestada no
1409 âmbito do licenciamento, passando por uma avaliação bem criteriosa.” Conselheiro
1410 João Augusto Hilário de Souza: “Nós somos poucos (conselheiros) agora no final.
1411 Infelizmente, porque esse tema eu acho que deveria ser com mais ênfase, dando
1412 mais a importância que ele tem. Larissa, parabéns pela sua apresentação. Eu sugiro
1413 que em uma outra sessão a gente volte com ele e volte aprofundando um pouco

1414 mais. Foi uma visão geral que nós tivemos. Eu gostaria de ver, inclusive, pode ser
1415 até um produto de outro fórum, de outra reunião, um primeiro ponto que é onde
1416 estamos e onde queremos chegar, como estão os nossos rios em relação aos
1417 padrões mundiais hoje, padrões médios dos países mais avançados e os não,
1418 inclusive abordando itens extremamente importantes. Por exemplo, nós sabemos
1419 que no Norte do Estado está havendo implantação de usina de produção eólica, de
1420 produção de energia solar, e deveria se dar uma abordagem mais ampla aqui para
1421 nós, porque tem um impacto muito grande na questão ambiental. Por exemplo,
1422 neste mês, fomos quase que surpreendidos por uma notícia excepcional que é uma
1423 locomotiva fabricada em Sete Lagoas, com baterias, que vai funcionar por mais de
1424 20 horas sem recarregar a bateria ou alguma coisa assim. A notícia é ainda nova.
1425 Ou que seja menos, que sejam duas, que sejam três. Por que não aumentar a
1426 participação dos veículos elétricos nas ruas, reduzir a poluição na cidade, inclusive
1427 já abordada pelo colega Julio Grillo, muito bem enfatizado por ele. Políticas nesse
1428 sentido. Outra coisa: como está e como fica a política para o carro elétrico? Se nós
1429 fabricamos veículos e se tem algum projeto de carro elétrico já em Minas Gerais, no
1430 Estado, aqui por perto. Nós sabemos que tem no Brasil, já tem carros elétricos
1431 rodando no Brasil, caminhões, há inclusive uma fábrica de bateria no Sul do Estado.
1432 Temos a matéria-prima. Se isso está sendo feito, talvez até de uma forma secreta
1433 ou de alguma forma, por favor, tragam aqui e nos mostrem pelo menos as linhas
1434 gerais da política energética do Estado, inclusive, que tem um grande impacto nas
1435 questões ambientais." Renato Teixeira Brandão/FEAM: "O que nós observamos é
1436 que muitas das Secretarias têm trabalhado, sim, com esse tema. A própria vice-
1437 governadoria também já vem trabalhando com esse tema de energia, e a ideia de
1438 reativação do fórum é até para todo mundo conhecer, dentro do próprio Executivo,
1439 um conhecimento de todas as ações que estão sendo feitas, para até maximizar os
1440 trabalhos que estão sendo realizados. Então nós vemos que justamente esse fórum
1441 vai nos auxiliar. Porque muitas vezes a Secretaria de Infraestrutura tem
1442 desenvolvido aspectos relacionados a eficiência energética, a mudanças climáticas
1443 que muitas vezes a FEAM, por exemplo, não tem conhecimento. Então nós
1444 entendemos que esse fórum vai ser para aglutinar e maximizar as ações que já
1445 estão sendo feitas e, eventualmente, até discutir, de forma mais planejada, mais
1446 integrada, outras ações. Então nós vemos esse fórum muito nesse sentido, e essa
1447 junção de informações pode até auxiliar. E nós podemos nos comprometer – quando
1448 tiver toda a compilação dessas informações das ações de cada Secretaria – a trazer
1449 ao COPAM a informação de todos os aspectos que o Estado vem trabalhando, nas
1450 suas diversas Secretarias, nos seus diversos órgãos, com as questões de energia
1451 e mudança climática." **10) ENCERRAMENTO.** Presidente Antônio Augusto Melo
1452 Malard: "Eu só queria fazer um convite a todos os conselheiros. Na semana que
1453 vem, nós temos a Semana Florestal, então vamos ter uma série de ações e eventos.
1454 Em breve, nós vamos divulgar nas nossas mídias sociais. Fica aqui o convite para
1455 todos os conselheiros participarem, divulgarem. Vão ser vários eventos,
1456 provavelmente, um a cada dia da semana, e seria muito interessante e importante

1457 contar com a participação de todos vocês. Provavelmente, amanhã, já devemos
1458 divulgar nas nossas mídias. Eu agradeço a presença de todos. Mais uma, parabéns
1459 à SEMAD pelos seus 25 anos. Que venham mais 25, 25, e por aí vai." Em seguida,
1460 não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Antônio Augusto Melo
1461 Malard declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

**Antônio Augusto Melo Malard
Presidente suplente do COPAM**